UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CADEIAS GLOBAIS DE CUIDADO: UMA ANÁLISE FEMINISTA E DECOLONIAL DO CORREDOR MIGRATÓRIO EQUADOR-ESPANHA

LARISSA DOS SANTOS LEMOS

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2021

LARISSA DOS SANTOS LEMOS

CADEIAS GLOBAIS DE CUIDADO: UMA ANÁLISE FEMINISTA E DECOLONIAL DO CORREDOR MIGRATÓRIO EQUADOR-ESPANHA

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da professora Dra. Flávia de Ávila.

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2021

LARISSA DOS SANTOS LEMOS

CADEIAS GLOBAIS DE CUIDADO: UMA ANÁLISE FEMINISTA E DECOLONIAL DO CORREDOR MIGRATÓRIO EQUADOR-ESPANHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Dra. Flávia de Ávila
Orientadora – Universidade Federal de Sergipe

_____

Professor Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos
Examinador Interno – Universidade Federal de Sergipe

_____

Professora Dra. Margaret Ann Griesse
Examinadora Externa – University of Washington

Nota:_____

São Cristóvão, ____ de _____ de 2021.

“Triste, louca ou má
Será qualificada ela quem recusar
Seguir receita tal, a receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita, bem conhecida receita
Quem não sem dores, aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea,
Alvo de caça,
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar”

(Francisco, El hombre)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me falam que eu sou muito detalhista para contar histórias, eu gosto da perspectiva completa e por isso acontece de me alongar bastante. Eu poderia fazer isso aqui nos meus agradecimentos, porque coisa para contar e agradecer tem viu!? Mas prometo tentar ser o mais breve e direta possível (será que consigo?). Só que por pura questão de organização de pensamentos, eu tentarei fazer uma correlação com o tempo, não só do "presente", mas de como ao longo desses 25 anos, pessoas e situações me fizeram chegar aqui e ser quem sou.

Meu primeiro agradecimento vai então para o ano de 1996, quando essa energia, a qual eu chamo de Deus, mas que cada um de acordo com sua crença pode atribuir um outro nome, me colocou no mundo e me acompanha desde então. Em seguida, agradecendo ainda à Ele, agradeço à minha família, ao lugar onde fui criada, a cidade de Maruim, rodeada de tantas pessoas que me amaram desde o primeiro segundo e lutaram pela minha sobrevivência com muito leite de cabra. Aos meus pais Sandro e Débora, não tenho palavras para agradecê-los por tudo o que vocês fizeram e fazem por mim, pela minha educação, pelas oportunidades que tive, pelo amor, afeto, amizade, conselhos, respeito e pela relação que construímos enquanto família. Família de 5, contando com as "doguinhas" mais amadas Boneca (*in memoriam*) e Zoe, o amor da minha vida.

Além deles, agradeço às outras pessoas que me criaram. Minha Vó Dinha, eu quero ser capaz de te dar muito orgulho e agradecer todos os dias por ser sua neta e ter sido tão amada. Também agradeço ao meu avô de consideração Aladin (*in memoriam*) por ter sido um parceiro tão incrível para minha vó. Aos meus padrinhos, Odilon e Tânia, por terem feito da casa deles minha casa, em todos os momentos que meus pais precisaram. À minha mãe adotiva, Tia Zú, que para mim é a prova da grandeza de um ser humano, pois jamais deixou que seu tamanho e dores impedissem seu sorriso, alegria e cuidado com a nossa família. Às outras tias e tios, Nilza, Neilde, Binha, Lena, Raimundo (*in memoriam*) e Luciano, agradeço por criarem meu pai, na ausência da minha avó Maria José (*in memoriam*). Agradeço também aos tios e tias maternos, que apesar da distância sei que torcem muito por mim. Acrescento os agradecimentos a todos os primos e primas dos meus pais e aos que cresceram comigo, que são primos de consideração. Ao meu tio Wilton, sua esposa Sandra, e meu primo Wilker Gustavo agradeço o apoio ao longo dos anos. Agradeço a Giselia e a Rafael, por também serem parte da minha família. Por fim, agradeço às duas forças da natureza, matriarcas dessas duas famílias que se uniram, minhas bisavós, Vó Pastora (*in memoriam*) e Vó Cícera. As duas são meus maiores exemplos de mulheres, mães, cuidadoras e boas pessoas, cada uma com suas particularidades.

Passo meus agradecimentos para as estruturas educacionais, que foram poucas, mas tão suficientes e importantes na minha formação enquanto pessoa, cidadã, mulher. A todas as professoras e professores do Centro Educacional Maruinense (CEMA), em especial a tia Aninha, do Colégio Módulo, onde estudei da 4ª série até o 3º ano do Ensino Médio, principalmente, as(os) professoras(es) de "humanas", e, do Fiq, cursinho pré-vestibular que me ajudou a entrar no curso de Relações Internacionais (RI), o qual agora concluo. Estendo os agradecimentos a todos os funcionários, de todas as áreas, que fazem ou fizeram parte desses três lugares que me formaram.

Não posso esquecer que apesar de estar concluindo a graduação no ano de 2021, e ser aluna de RI desde 2017, eu me tornei universitária na Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2013. Por isso, agradeço o período de descoberta, de enfrentamentos, medos, felicidades, tantas emoções opostas, que vivi no curso de Enfermagem. Obrigada a todos os professores do ciclo básico, de tantos departamentos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e as professoras e o professor do Departamento de Enfermagem, que tive oportunidade de conhecer. As professoras Edilene e Rita me ensinaram tanto sobre o cuidado, na perspectiva da Enfermagem, e sobre a empatia e sororidade com outras mulheres, em especial com as mães do Projeto de Aleitamento Materno. O feminismo e o cuidado já me rodeavam desde lá. Agradeço a "turma top" de 2013.1 e aos calouros de 2013.2. Porém, obviamente, existem os meus primeiros amigos universitários, que são meus amigos até hoje, Lucas, Henrique, Nathiara, Tamires e Danielle, nosso grupinho com os mascotinhos Daniel e Cecília (que a pandemia ainda não me deixou conhecer), amo vocês e torço pelo sucesso dos meus "enfos" particulares.

Agora sim, aos professores e professoras do Departamento de Relações Internacionais, obrigada por serem tão incríveis. Minha mudança de curso fez total sentido por ter a oportunidade de ser aluna de cada um de vocês. Corival, quando eu fiz EQC, ainda sendo aluna de enfermagem, me fez ter certeza de qual curso eu deveria escolher. Edson, Rodrigo, Lucas e Érica, que já eram professores do DRI, Thiago, Geraldo, Cairo e Bárbara, que chegaram ao longo do percurso, Renan, João Paulo e Lívia, os professores substitutos que deixaram saudade, agradeço a todos e a cada um em especial, pelo acolhimento, pelos ensinamentos, por escolherem Aracaju, São Cristóvão, Sergipe, como lar, e até mesmo me mostrarem o potencial que a "terrinha" tem. Aprendi com vocês esse olhar para o local, Sergipe, Nordeste, Brasil, América Latina, Sul Global, para ver o internacional e isto que me faz ver sentido nessa profissão. À professora Flávia, não tem nem como eu dizer que foi minha orientadora do TCC, porque, na verdade, me orienta desde o "dia 1". Além de ter me ensinado minha disciplina preferida (DRI II), foi quem me deu oportunidades em seu grupo de pesquisa desde o 1º período,

para realmente passar pela Iniciação Científica, depois fui bolsista voluntária e bolsista CNPq por dois PIBICs, respectivamente. E agradeço por ser uma conselheira e amiga, seja quando estávamos desesperadas no fim de 2018 (não preciso dizer o porquê) até nesses dois últimos anos, os mais difíceis da minha vida. Por desesperadas quero dizer eu, Enndiel, Jéssica e Sophia, as quais agradeço a parceria no grupo, e as outras pessoas que participaram anteriormente, aprendi muito com vocês também. Bem como com o grupo "UFS Internacional", a organização do V SIRI, e com todos da Gestão Malala do CAIRI, dos quais fiz parte. No mais, agradeço os eventos e os convidados, que meus professores trouxeram para nós. Pessoas de outros estados, países, culturas, religiões, raças, etnias, que abordaram assuntos diversos dentro desse universo tão rico que são as Relações Internacionais e me ajudaram a construir um repertório plural.

Agradeço a parceria da turma de RI 2017, os grupos, os fichamentos, as traduções, os desesperos, as risadas, as festas. Eu já estava cansada, mas adorei ver vocês aproveitando tudo. E, claro, ao meu grupinho, que são minhas irmãs e filhas ao mesmo tempo. Eu faria tudo de novo, teria feito mais se a pandemia não tivesse impedido, todas as idas a praia, feirinha da gambiarra, ao shopping, cinema, museu, aos shows e restaurantes, ou só para ficar aqui em casa mesmo (mas a gente estudava também). Nossas conversas, piadas internas, apelidos, universo pop, músicas latinas e k-pop, séries e filmes (mesmo à distância) são tudo para mim. Dainara, é a fofurinha do grupo, sempre com sua calmaria, histórias do irmão mais novo para a gente rir e achar fofo, indicações de doramas, dedicação aos estudos, responsabilidade, você é um ícone. Constança, é a definição de intensidade, aprendi com você a lutar pelos objetivos, a não ter medo de errar, a tentar de tudo e dar tudo de si, você é força. Enndiel, minha militante preferida, como tenho orgulho das suas indagações, posicionamentos, 100% feminista, esquerdista, aprendi tanto e admiro tanto te ver falar, você vai dominar o mundo. Danielle, é a minha neném e é um mulherão da *, que orgulho de ver como você se desenvolveu ao longo da universidade e da vida, se comunica como ninguém, escreve bem e ensina também, ao mesmo tempo que me faz rir a cada 5 segundos, acompanha os memes e embarca nas minhas loucuras, me estendeu a mão nesse momento final e esse TCC só tá pronto muito por sua causa, pelo seu apoio, que eu jamais vou conseguir agradecer como devo, você é luz e brilhará no topo, sempre.

Agradeço à família que eu escolhi. As minhas amigas desde o Colégio Módulo, Letícia e Vanessa, e ao nosso grupinho da época que me transformou em quem sou. Ao Ui, que também é desde o Módulo, mas é de depois (complicado). Andréa, Brenda, Cássio, Carol e Yago, obrigada pela amizade de todos esses anos, mesmo nos momentos mais complicados. Camila e Thianne, vocês sabem que são minhas irmãs, as que eu sempre quis ter, também é muito por vocês que eu nunca desisti. Ao meu anjo da guarda, Júlio César (*in memoriam*), eu passei em

RI dois dias depois que você se foi e nem quis comemorar, hoje eu estou concluindo e ainda não faz muito sentido comemorar sem você. Mas eu me inspirei em você para chegar até aqui, sua inteligência e a dedicação ao próximo fizeram muita falta nesses tempos tenebrosos, eu tento ter um pouquinho das suas “doidices” diariamente, para fazer os outros rirem e para seguir a vida mais leve. Quanta saudade. Meu bonde, que chegou depois, porém também são para sempre, Claynara, Mariane e Clara Fernanda, obrigada por serem amigas tão incríveis, admiro vocês demais. Estendo os agradecimentos às famílias de cada uma dessas pessoas, que sempre me acolheram e por todos os momentos incríveis que tivemos juntos.

Ao meu melhor amigo, parceiro, confidente, João Pedro, agradeço, primeiramente, ao seu notebook. Brincadeira, mas é sério. Esse TCC inteiro só foi feito porque eu pude contar com você, que me ofereceu o notebook, não mais para a gente jogar The Sims ou ver séries, mas sim para eu tentar me formar. E, claro, agradeço a força que você me deu desde quando eu nem sabia o que ia escolher no Enem, e ao longo do nosso relacionamento, por todo o amor e companheirismo. Agradeço à torcida da sua família de humanos e gatos (acho) por mim.

À Dr. Kelso Passos e a toda equipe que trabalha com ele, agradeço a oportunidade de continuar pensando em um futuro, ainda que eu tenha medo. Todo o acompanhamento da endometriose, o tratamento, a cirurgia e o pós-operatório, vivendo uma pandemia ao mesmo tempo, quase me enlouqueceram, mas eu sou muito feliz por estar recuperada, ainda em tratamento, e por ter conseguido com a ajuda de vocês chegar até aqui. Em especial, a minha psicóloga Cândida, que respeitou meu espaço e meu tempo, agradeço a ajuda na organização interna, para hoje eu entregar essa monografia. Assim como a Larissa ao lado (Anitta), tenho que agradecer a mim mesma, por ter arranjado forças para não desistir de nada, foi uma luta diária, porém deu certo.

Agradeço novamente a minha orientadora Professora Dra. Flávia de Ávila, e a banca examinadora, composta pelo Professor Dr. Geraldo Campos e pela Professora Dra. Margaret Griesse, pelas contribuições ao meu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, tentei utilizar o máximo das sugestões de vocês para desenvolver este Trabalho de Conclusão de Curso, e agradeço a disponibilidade para lerem e avaliarem o mesmo. Espero que este trabalho possa ao menos causar reflexão em quem tiver acesso a ele, para que cada vez mais lutemos pela equidade dos gêneros em todas as esferas e áreas da vida, e pelos direitos de mulheres e meninas ao redor do mundo. Leiam as autoras feministas. Busquem as teorias decoloniais e interseccionais. Podemos viver em um mundo mais justo e melhor, se começarmos as mudanças dentro da nossa própria casa.

RESUMO

As mulheres notadamente foram apagadas da história sobre a evolução política, econômica e social humana. Este Trabalho de Conclusão de Curso tem a pretensão de observar processos históricos que, desde a época da colonização até a globalização, intensificaram a exploração do trabalho das mulheres e as consequências sofridas por elas. Desde a formação da sociedade patriarcal e capitalista, o trabalho doméstico e o cuidado familiar foram destinado às mulheres, pois são entendidos como um atributo natural feminino. Desta forma, este trabalho é iniciado com a perspectiva das autoras feministas, Carole Pateman, Heleieth Saffioti e outras, sobre a separação das esferas pública e privada, a qual foi o ponto inicial para a invisibilização da mulher enquanto ator global, político e econômico, abordada por Nancy Fraser e Cynthia Enloe. Essa abordagem será seguida por uma análise decolonial, a partir das autoras María Lugones e Lélia Gonzalez, da subjugação das mulheres, categorizadas por gênero, raça, etnia e nacionalidade, as quais aumentam os abusos econômicos que elas vivenciaram ao longo dos séculos. No segundo capítulo, aborda-se a necessidade da presença feminina no mercado de trabalho após o advento da globalização. Às mulheres são destinados os trabalhos mais precários, vulneráveis, e menor remunerados em todos os setores da economia. Ao observar, em especial, o setor de serviços, percebe-se que as mulheres dos países do Sul Global, racializadas e das classes econômicas marginalizadas, carregam o duplo fardo de sustentar a economia dos seus países e dos países do Norte Global. Com a "crise dos cuidados" nos países centrais, foram criadas as Cadeias Globais de Cuidado, que consistem no processo de feminização da migração internacional, através da formação dos corredores migratórios entre estes e os países periféricos, para suprir a realização do trabalho doméstico e do cuidado, os quais deixaram de ser realizados pelas mulheres do Norte Global que foram para o mercado de trabalho formal. Além disso, são apontadas as particularidades desse "trabalho de mulher", que se ramifica em trabalho reprodutivo e afetivo. As autoras Silvia Federici, Arlie Hochschild, Cristina Carrasco Bengoa e Encarnación Gutiérrez-Rodríguez são as principais expoentes abordadas no capítulo. Por fim, utilizar-se-á, como modelo exemplificativo, o corredor migratório formado entre o Equador e a Espanha, com a finalidade de verificar os conceitos trabalhados pelas teorias feminista e decolonial, com a observação das principais causas e consequências dessa cadeia, a relação entre os países, as famílias transnacionais, o envio de remessas e as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Trabalho do cuidado. Feminização das migrações. Estudos feministas de Gênero. Teoria Decolonial.

ABSTRACT

Women have notably been erased from political, economic, and human social evolution. This end of course work intends to observe the historical processes, from colonization to globalization, which intensified the exploitation of women's work and the consequences they suffered. Since the formation of the patriarchal and capitalist society, housework and family care were intended for women, as they are understood as a natural feminine attribute. Thus, this work starts with the perspective of feminist authors Carole Pateman, Heleieth Saffioti and others, about the separation of the public and private spheres, which was the starting point for the invisibility of women as a global, political and economic actor, addressed by Nancy Fraser and Cynthia Enloe. This approach will be followed by a decolonial analysis from the authors María Lugones and Lélia Gonzalez, the subjugation of women, categorized by gender, race, ethnicity, and nationality, which increase the economic abuses experienced over the centuries. The second chapter addresses the necessity of female presence in the labor market after the advent of globalization. Women are given the most precarious, vulnerable, and lowest-paid jobs in all economic sectors. When observing, in particular, the service sector, it is clear that women from the countries of the Global South, racialized and from the marginalized economic classes, carry the burden of the economy of their countries and the countries of the Global North. With the "care crisis" in the major countries, the Global Care Chains were created, which consists in the feminization process of the international migration through the formation of migratory corridors between them and the peripheral countries, to supply the realization of domestic and care work, which were no longer be done by women from the Global North who went to the formal labor market. Furthermore, the particularities of this "women's work" are pointed out, which branches in reproductive and effective work. The authors Silvia Federici, Arlie Hochschild, Cristina Carrasco Bengoa and Encarnación Gutiérrez-Rodríguez are the principal exponents addressed in this chapter. Finally, the migratory corridor formed between Ecuador and Spain will be used as an exemplary model to verify the concepts worked by feminist and decolonial theories, with the observation of the leading causes and consequences of this chain, the relationship between countries, transnational families, sending remittances and changes over time.

Keywords: Domestic work. Care work. Feminization of migrations. Feminist Gender studies. Decolonial Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1. PERSPECTIVAS FEMINISTAS E DECOLONAIS SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE INTERNACIONAL 14

1.1. A dicotomia público x privado: origens do papel destinado à mulher dentro do Estado, do mercado capitalista e da sociedade 14

1.2. A mulher enquanto ator global: invisibilização na política internacional e no processo de transformação do capitalismo 19

1.3. Colonialidade de gênero e Colonialidade de poder: as manifestações da hierarquização entre os povos e a dicotomia entre os gêneros 25

2. CADEIAS GLOBAIS DE CUIDADO E OS CORREDORES MIGRATÓRIOS 32

2.1. A força de trabalho feminina no mundo pós-globalização: a divisão sexual e internacional do trabalho 32

2.2. Os conceitos e diferenças do "trabalho de mulher" 40

Trabalho do cuidado 40

Trabalho reprodutivo 41

Trabalho afetivo 43

2.3. Cadeias globais de cuidado: feminização das migrações, formação de corredores migratórios entre Sul e Norte Global e o funcionamento do trabalho doméstico e do cuidado 45

3. O CORREDOR MIGRATÓRIO EQUADOR-ESPANHA 53

3.1. As relações entre o Equador e a Espanha: da colonização à migração 53

3.2. O impacto sobre a organização socioeconômica dos países: as famílias transnacionais e os envios de remessas 60

3.3. Panorama geral do corredor migratório após as crises econômicas globais 64

CONSIDERAÇÕES FINAIS 69

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 71

INTRODUÇÃO

A filósofa italiana Silvia Federici (2019) diz, em sua obra *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, que se deu conta que a movimentação do mundo está relacionada com a enorme quantidade de trabalho realizado dentro dos lares por mulheres, o que conhecemos como trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não. Outra constatação da filósofa é sobre a fundamentação do sistema político e econômico global ser a reprodução dos seres humanos. Cristina Carrasco Bengoa (2018) reflete sobre os ciclos vitais, a "ecodependência" que temos com a natureza e a interdependência entre as pessoas. Nesta condição de interdependência destacam-se os cuidados, que são parte do ciclo da vida, se eles forem negados a própria vida também é negada. Os cuidados têm para a autora uma dupla dimensão, são, ao mesmo tempo, um direito individual e uma responsabilidade coletiva. Os cuidados sustentam os corpos, na forma do cuidado em saúde, psicológico, afetivo, amoroso.

É porque somos cuidados que conseguimos viver e fazer todas as atividades necessárias para a manutenção da espécie e suas construções sociais. Todavia, esses cuidados são destinados a serem de responsabilidade da mulher. A mulher é a mãe, a esposa, a dona de casa, a trabalhadora com nenhuma ou menor remuneração no mercado de trabalho. Se a mulher for não branca, de um país periférico, vulnerável economicamente, é mais provável que ela necessite cumprir uma dupla ou tripla jornada de trabalho para sobreviver e manter sua família. Segundo a OXFAM (2020), o modelo econômico capitalista atual está baseado na acumulação de riqueza por parte de uma elite minoritária, que explora o trabalho de mulheres e meninas, principalmente as que estão inseridas nessa última classificação supracitada. Estas são encarregadas do trabalho do cuidado, essencial para as comunidades em geral, e a ele dedicam de forma gratuita 12,5 bilhões de horas diariamente, e de forma mal remunerada outras incontáveis horas. A Oxfam (2020) calcula que o trabalho do cuidado é responsável por inserir 10,8 trilhões de dólares à economia. Para a organização haverá uma piora da crise de cuidados mundial, causada pelo envelhecimento populacional, pelos efeitos das mudanças climáticas e pelos cortes dos serviços e proteção social ofertados pelos Estados. Desta forma, no decorrer dos capítulos pretende-se atentar as condições que envolvem estes tipos de trabalho, as origens, causas e consequências, com a aplicação das teorias feminista e decolonial para colocar a mulher enquanto protagonista de um sistema que tanto a invisibiliza.

Como forma de realização deste trabalho de conclusão de curso utilizou-se metodologicamente a abordagem qualitativa, a fim de estudar as questões de gênero relacionadas às seguintes áreas temáticas: trabalho, e suas especificidades sobre a divisão sexual

e internacional do trabalho, o trabalho doméstico e do cuidado; migrações, com análise da formação de corredores intrarregionais e extrarregionais, e a feminização deste fenômeno; colonialidade, suas origens e transformações/manutenções que permeiam os dois campos anteriores. Assim, será feita uma análise descritiva-exploratória das bibliografias dos temas, através de livros, artigos científicos, relatórios e informes institucionais, e outras fontes secundárias, com o propósito de estabelecer uma relação entre a problemática da inferiorização do trabalho realizado por mulheres e a necessidade de suprir as demandas de cuidado e de trabalho doméstico dos países centrais, que levou a formação das Cadeias Globais de Cuidado. O método dedutivo, que parte de uma generalização até um caso particular para alcançar uma conclusão, como explicado por Prodanov e Freitas (2013), foi escolhido porque o foco territorial da presente pesquisa está nas vinculações entre Sul e Norte Globais[1], especificamente, entre a América Latina e a Europa, por isso a escolha do modelo exemplificativo ser o corredor migratório Equador-Espanha.

Diante disso, o primeiro capítulo dedica-se a apresentar as origens da submissão da mulher dentro da sociedade internacional, do mercado capitalista e do Estado. Carole Pateman, Heleieth Saffioti, Christine Delphy e Susan Moller Okin, são as autoras feministas escolhidas para a investigação da dicotomia entre os universos público e privado da vida. Em seguida, Nancy Fraser e Silvia Federici mostram a invisibilização da mulher no modelo econômico capitalista e na política internacional, perante todas as contribuições dela enquanto ator global. Por fim, nesse capítulo, as autoras María Lugones e Lélia Gonzalez são os principais expoentes para entender as dinâmicas impostas pela colonialidade desde seus primórdios, com destaque para a necessidade de interseccionar gênero, raça e classe para compreender todo esse processo.

No segundo capítulo, explicita-se a força de trabalho feminina no mundo pós-globalização, a precarização e as vulnerabilidades, que as mulheres estão expostas em todos os setores econômicos, principalmente, no setor de serviços, do trabalho doméstico e do cuidado. O principal diálogo nesse capítulo será feito com a autora Cynthia Enloe, somado as discussões de outras autoras, como Arlie Hochschild, Helena Hirata, Cristina Carrasco Bengoa e

[1] Ballestrin (2020) explica que a conceituação de Norte e Sul Global não deve ser entendida exclusivamente como localização geográfica ou devido a conformação territorial. O Sul Global substituiu a utilização do termo "Terceiro Mundo", após a globalização. Existe uma condição hierárquica posta entre os países do Norte Global e do Sul Global, como se os primeiros, por causa de seu desenvolvimento econômico, fosse o parâmetro de modernidade e evolução a ser alcançado. Os movimentos e teóricos pós-coloniais usam o termo para marcar a violência do período colonial e imperialista (ainda em vigor) sobre esses atores diversos que compõem o "Sul". É importante destacar a presença do "Norte" dentro do "Sul" e vice-versa, devido a escalada da desigualdade social global. Assim, pensamos e adotamos neste trabalho, em conformidade com a autora, o Norte e o Sul Global como composições de atores diversos, sejam Estados, instituições, discursos adotados, que refletem a hierarquização. Como sinônimos, no decorrer do texto, são usados "países centrais" para Norte Global, e "países periféricos" para Sul Global.

Encarnación Gutiérrez-Rodríguez. Estas explicitam as diversas consequências que este sistema de feminização da sobrevivência, através da migração e da formação das Cadeias Globais de Cuidado, têm para as mulheres, que incluem a exploração econômica, física e emocional, lidar com preconceitos, a racialização e a xenofobia, e a responsabilização de manter financeiramente as famílias e as implicações de viver distante sem o respaldo de seu Estado de origem.

Para concluir o trabalho, o terceiro capítulo recorre a demonstração do corredor migratório Equador-Espanha, que teve seu grande fluxo migratório iniciado em meados dos anos 1990 até os primeiros anos do século XXI. Os autores e autoras utilizados nesse capítulo discorrem sobre as problemáticas expostas nos capítulos anteriores, a começar por explicar a relação colonial entre a Espanha e o Equador, a formação do Estado e da sociedade equatoriana que manteve as bases coloniais, as quais levaram a várias instabilidades políticas e socioeconômicas no país e culminou no processo diaspórico. As famílias transnacionais e o envio de remessas são outros dois assuntos tratados nesse capítulo. E ele é finalizado com um panorama geral do que aconteceu após a crise global capitalista de 2008, que afetou a disponibilidade de empregos na Espanha e que gerou um movimento de retorno ao Equador.

1. PERSPECTIVAS FEMINISTAS E DECOLONAIS SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

1.1. A dicotomia público x privado: origens do papel destinado à mulher dentro do Estado, do mercado capitalista e da sociedade

Com o objetivo de entender as origens da submissão das mulheres em relação aos homens, Carole Pateman (1993) volta ao início da formação da sociedade civil moderna e do direito político a partir da criação do contrato social. "A autoridade legal do Estado, a legislação civil e a própria legitimidade do governo civil moderno são explicadas como apreensões de nossa sociedade de referenciais desse contrato" (PATEMAN, 1993, p. 15). Para a autora, existe um apagamento da história do contrato original, porque muito se utiliza dos ensinamentos dos teóricos[2] do contrato social, mas pouco se fala sobre ele também ser um contrato sexual.

O pacto sexual-social, como explica Pateman (1993), vem do poder que os homens exercem sobre as mulheres e este é legitimado pelo direito político, o direito patriarcal, que concedeu direitos políticos aos homens sobre as mulheres e o acesso aos seus corpos de forma sistemática. Desta forma, "a nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal" (PATEMAN, 1993, p. 16). A autora explica que da forma como a história é contada a liberdade está em grau de igualdade para todos, a partir da aceitação do *contrato*, e o Estado torna-se o responsável por salvaguardá-la. Ainda há a interpretação de que o *contrato* é uma conquista dos filhos, os quais renegaram aos pais a atuação como sujeitos, e por isso há a substituição do regime paterno pelo governo, como se o patriarcado e a nova ordem social fossem completamente contrários.

Pateman (1993) discorda dos teóricos clássicos contratualistas e liberais contemporâneos, que defendem a ideia do *contrato social* se contrapor ao patriarcado por analisarem apenas o poder paterno que incide sobre homens e mulheres, já que o poder paterno é posterior ao contrato matrimonial, o qual expressa o direito do marido sobre a esposa. Além disso, existe o entendimento desses teóricos que, de acordo com a natureza das mulheres, elas não são indivíduos. A diferença sexual torna-se diferença política e, por isso, as mulheres foram excluídas das garantias de liberdade declaradas no *contrato* e foram subordinadas aos homens (PATEMAN, 1993).

[2] As principais críticas de Pateman (1993), em seu livro "O contrato sexual", são em relação as teorias desenvolvidas por Thomas Hobbes, Samuel Pufendorf, John Locke, Jean-Jacques Rosseau, James Buchanan e John Rawls.

A divisão entre as esferas pública e privada fica pautada entre as diferenças do mundo político-econômico e o privado-familiar. Pateman (1993) observa que os homens possuem toda a liberdade de transitar entre as duas esferas, pois eles estão postos no centro das decisões políticas, econômicas e sociais, bem como são a autoridade máxima dentro da família. Susan Moller Okin (2008) aponta para as distinções ditas como "naturais" entre homens e mulheres, as quais os designam a assumir papéis pré-estabelecidos. As mulheres criam os filhos e cuidam da casa, os homens trabalham para prover o sustento familiar. Por isso, para a autora, é dentro da "instituição família" que se forma o ciclo de desigualdades entre homens e mulheres. Dentro desta estrutura constata-se a existência da divisão sexual do trabalho, a dependência econômica entre eles e as relações desproporcionais de poder. Isto demonstra que as esferas precisam ser analisadas conjuntamente, porque existe interferência da vida privada na vida pública assim como o contrário (OKIN, 2008).

A estrutura familiar patriarcal como conhecemos, que é um dos pilares da sociedade atual, foi imposta pela colonização europeia ao redor do mundo, sobretudo na América do Sul/Latina. Esta formação está diretamente ligada a perpetuação do modelo de exploração das mulheres dentro dessa instituição. Na última seção deste capítulo serão abordados os desdobramentos das formas hierárquicas postas pelo colonialismo que perduram até os dias atuais. Christine Delphy (2015) apresenta o lugar da família enquanto explorador econômico das mulheres. Como trata-se de uma sociedade capitalista, a sobrevivência dela depende da produção de bens materiais e da reprodução dos seres humanos. O papel da mulher, legitimado pela sociedade, é totalmente centrado na criação e educação dos filhos. No entanto, é preciso expor que a mulher dentro do seu lar também realiza tarefas produtivas. Os serviços prestados dentro do lar pelas mulheres e a possibilidade de produção externa dos homens tornam-se uma correlação. Contudo, tais serviços prestados pelas mulheres não são remunerados. Por isso a relação de produção da mulher dentro do seu lar, inserida na sociedade capitalista, é comparável à servidão.

Para Pateman (1993), além das imposições econômicas, existe a condição de o trabalho doméstico ser desempenhado sob o comando de um homem e adequado as suas necessidades. Neste sentido, a esposa deve, além de lavar, limpar, cozinhar, cuidar dos filhos, ser uma assistente do seu marido, principalmente se a família for de classe média ou alta. Para a autora, o contrato de trabalho entre um senhor e um servo pode ser comparado ao contrato de casamento. Delphy (2015) ressalta que todos esses serviços domésticos existem por um preço no mercado, e, inclusive, poderia ser realizado por uma esposa caso ela trabalhasse com essas atividades e recebesse por elas. Porém, Pateman (1993) reitera que o problema não é sobre qual

função é desempenhada, sem remuneração, por uma esposa, mas sim ser realizado "para e sob o comando de um homem" (PATEMAN, 1993, p. 192). Ou seja, mais uma evidência da submissão patriarcal legitimada pela sociedade.

> As discussões sobre o trabalho doméstico geralmente desconsideram as expectativas e as exigências do marido. As necessidades do trabalho dele geralmente determinam como a dona-de-casa organiza o seu tempo. As refeições são servidas, por exemplo, de acordo com as horas de trabalho dele, e ele tem opiniões sobre a aparência de sua casa e de seus filhos – e tem os meios de impor suas expectativas destruindo as refeições e utilizando da violência física em último caso (PATEMAN, 1993, p. 194).

Após as relações capitalistas terem início, os vínculos entre servos ou escravos e o senhor deixaram de existir e deram lugar as relações entre capitalistas/patrões e assalariados/trabalhadores. Já que a maior parte desses trabalhadores são homens e estão inseridos no mercado capitalista, eles fazem parte da esfera pública. Ao contrário das esposas, denominadas donas de casa, que permaneceram pertencentes a esfera privada/doméstica. "O contrato de casamento é o único exemplo que restou dos contratos de trabalho doméstico, e, desse modo, a relação conjugal pode facilmente ser encarada como um remanescente da ordem doméstica pré-moderna" (PATEMAN, 1993, p. 177). Atenta-se ao fato de que as mulheres das classes mais baixas, de raças e etnias não brancas, sempre realizaram o trabalho doméstico dentro das duas esferas no modelo capitalista, pois continuaram a ser exploradas social e economicamente, mesmo com a mudança da nomenclatura laboral, as servas e escravas passaram a ser as empregadas domésticas.

Outro ponto abordado por Pateman (1993) é a comparação feita por algumas feministas, baseadas nas teorias do socialismo, entre as esposas e os trabalhadores proletários, as primeiras subordinadas aos maridos e os segundos subordinados ao capitalista. Todavia, a autora é contrária a esta analogia, porque entende que analisar essa relação apenas como um contrato de trabalho exclui o contrato sexual. Para ela, as mulheres não podem ser trabalhadoras como os homens, já que o próprio contrato de trabalho está vinculado ao contrato de casamento. Enquanto o homem vende sua força de trabalho as atividades domésticas devem ser realizadas por sua esposa. Independentemente da classe social em que o contrato matrimonial esteja inserido.

A socióloga marxista Heleieth Saffioti (2013) reflete sobre a posição da mulher enquanto contribuinte da subsistência familiar nas sociedades pré-capitalistas. Para ela, as mulheres nunca foram alheias ao trabalho, principalmente as de classes mais baixas, pois enquanto existia a unidade de produção familiar o papel econômico de mulheres e até das crianças sempre foi necessário. A mulher trabalhava na agricultura, em minas, na manufatura,

no artesanato, na produção alimentar e de bebidas e ainda realizava tarefas domésticas. A autora descreve que em países como Inglaterra e França, ainda no início das trocas comerciais, as mulheres casadas podiam participar da vida mercantil, realizar estas atividades como "sócias" dos maridos, e conseguiram liberdades sob este olhar de "mulher negociante". Mas isso não as desobrigou de terem a tutela de um marido. Ou seja, o casamento ainda era item necessário para a "felicidade" de uma mulher. "Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica" (SAFFIOTI, 2013, p. 63). Bem como a proteção oferecida por um homem acarretava a contrapartida da mulher colaborar nas atividades econômicas e ser submissa a ele. Porém, essas condições eram fatores integradores da mulher na vida social. Concomitante a essa situação, jurídica, social e politicamente a inferiorização da mulher existia, ela possuía relevância para a economia local.

Ao analisar a produção agrícola familiar de modo geral, não apenas em sociedades pré-capitalistas, Delphy (2015) faz um paralelo entre o autoconsumo rural para mostrar que não há nenhum tipo de diferenciação entre atividades "produtivas" e atividades domésticas. A autora explica que os bens que são produzidos pela família são consumidos pela mesma, mas no caso de excesso ou de falta de consumo esses "bens" ganham valor de uso e valor de troca. Ou seja, podem ser comercializados. E caso aquele produto não fosse produzido pela família, ele teria que ser comprado. Existe um trabalho contabilizado na produção de um alimento. Por exemplo: um pão possui um valor na plantação do trigo, na transformação dos grãos em farinha, e por outro lado, o cozimento desse pão para que fique próprio para o consumo existe sem um equivalente de trabalho.

Para Delphy (2015), os homens e mulheres dentro da produção agrícola familiar criam:

> 1. valores de uso que são virtualmente valores de troca: ambos produzem leite, ovos, produtos agrícolas para seu consumo e para troca; o nível de consumo e a quantidade de dinheiro líquido desejados determinam o que vai para o mercado e o que é autoconsumido; 2. valores de uso que são contabilizados na produção (no produto nacional bruto); 3. valores de uso "produtivos" que não diferem dos valores de uso "não produtivos" criados pelo trabalho puramente doméstico; fazem parte do mesmo processo de criação e de transformação dos produtos brutos (incidem sobre os mesmos materiais brutos no que concerne à produção de alimentos consumíveis) e têm a mesma finalidade: o autoconsumo (DELPHY, 2015, p. 106-107).

Saffioti (2013) elenca melhor as características do modo de produção capitalista e como isso interfere na vida da mulher. Primeiramente na economia capitalista o valor de troca penetra todos os produtos que são produzidos nela, que passam a ser chamados de mercadoria, e a força de trabalho também se torna uma mercadoria. Outros dois processos também passam a fazer parte do cotidiano da sociedade: a distribuição e a troca. A autora explica que a nova economia de mercado implica na igualdade jurídica dos homens e tornam o fator econômico um

distribuidor de oportunidades sociais. E nem todas as categorias da sociedade podem participar do novo modo econômico imediatamente. Para manter uma condição de alívio em meio as tensões e crises que o capitalismo gera, utilizou-se de características físicas, como sexo e raça, para a exclusão de determinados indivíduos da nova economia. No entanto, não são todas as mulheres que foram marginalizadas no processo produtivo no início. Primeiro, foram afastadas as mulheres de estratos sociais mais altos, e ao mesmo tempo as mulheres das camadas mais inferiores formaram um grande contingente no capitalismo.

> As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Com o entrelaçamento das condições políticas e econômicas pertencentes aos homens e as mulheres, nota-se a ambiguidade da separação das esferas. “As esferas privada e pública da sociedade civil são separáveis, refletem a ordem natural da diferença sexual, e inseparáveis, incapazes de serem compreendidas isoladamente uma da outra” (PATEMAN, 1993, p. 196). Okin (2008) aponta a principal ambivalência nas discussões sobre o público e o privado: o conceito de público/privado é usado muitas vezes para distinguir o que é Estado do que é sociedade, mas também se refere a vida do indivíduo não-doméstica e doméstica. Quando analisado o fator socioeconômico, que é intrínseco as duas concepções, o que é privado no primeiro caso torna-se público no segundo. Segundo observa a autora, a distinção liberal entre as esferas pública e privada é ideológica, porque a partir dela a sociedade é apresentada com uma perspectiva masculina, a qual pressupõe diferenças naturais entre homens e mulheres e os consequentes papéis que ambos devem assumir. Por isso, as feministas acreditam na interferência de uma esfera sobre a outra ao ser colocado em pauta o indivíduo mulher.

> Desafiando a abordagem daqueles teóricos que ainda parecem assumir silenciosamente que a criação dos filhos e a domesticidade ligadas à mulher são “naturais” e, portanto, situam-se fora do escopo da crítica política, as pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas, e, portanto, questões de relevância política. Além de serem fatores centrais na estrutura de gênero da sociedade de maneira mais ampla, sua manutenção não pode ser explicada sem a referência a elementos da esfera não-doméstica, como a segregação e a discriminação sexuais correntes na força de trabalho, a escassez de mulheres nas altas rodas da política e a pressuposição estrutural de que trabalhadores e ocupantes de cargos políticos não são responsáveis por cuidar das crianças (OKIN, 2008, p. 315).

Para Okin (2008), deve-se admitir que as diferenças criadas dentro da estrutura familiar, a divisão de trabalho entre homens e mulheres, são parte de um ciclo causal que aprofundam a construção social do gênero[3]. Ela destaca que dentro do âmbito jurídico do Estado, parte da esfera pública, as decisões terão efeitos na esfera privada do indivíduo e da família. Por exemplo, em casos que julgam questões sobre o corpo feminino, como aborto, ou em casos de direito de família. Sofia Aboim (2012) considera um equívoco cometido pela sociedade a associação do homem à vida pública e da mulher à vida privada, porque para que mudanças efetivas possam acontecer na sociedade é importante que ambos os gêneros estejam integrados às duas esferas sociais. A autora explica que não é a maior individualização que acabará com as relações de gênero dentro da estrutura patriarcal, como já foi acreditado, mas sim as conquistas coletivas, políticas, jurídicas e normativas que realmente promovem as mudanças.

Sendo assim, Okin (2008) ressalta que é necessário que as duas esferas existam, porém elas devem ser entendidas de outra maneira. Por exemplo, é importante que exista a privacidade do indivíduo, homens e mulheres, até mesmo para que sejam desenvolvidas relações interpessoais, capacidades e potencialidades individuais. Mas as instituições devem observar o gênero como um aspecto integralizador e não segregador, para que assim seja possível alcançar oportunidades iguais e justas na participação das duas esferas. Para a autora, é necessário que a sociedade tenha como objetivo a divisão igualitária das tarefas domésticas e da criação dos filhos.

1.2. A mulher enquanto ator global: invisibilização na política internacional e no processo de transformação do capitalismo

A exclusão das mulheres dentro da história e do que é estudado sobre o desenvolvimento das arenas política, econômica e social, nacional e internacional, começou a ser investigada por autoras feministas, porque identificaram o apagamento total ou quase nenhum destaque para os feitos femininos. Cynthia Enloe (2014) pesquisou a inserção das mulheres na política internacional e percebeu que elas são tratadas quase como apenas uma ferramenta ou um item decorativo, pelos analistas e comentaristas do Sistema Internacional dentro da grande mídia jornalística, televisiva e que também estão presentes na internet. Mesmo com o crescimento da participação feminina na política internacional, que alavancou e deu destaque a nomes como Hillary Clinton, Angela Merkel, Michelle Bachellet e outras, a autora acredita que a grande

[3] "Gênero" refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas (OKIN, 2008, p. 306).

maioria da participação feminina na política internacional está bem longe dos palcos e holofotes. É nas secretárias, empregadas domésticas, camareiras de hotéis, trabalhadoras do sexo, trabalhadoras de plantações do agronegócio, mulheres casadas com diplomatas, mulheres militares e tantas outras funções ou atividades que são exercidas pelas mulheres, na maioria das vezes sem reconhecimento, que Enloe (2014) vê a política internacional ser formada e transformada.

Enloe (2014) aclara, que para observar as mulheres enquanto atores internacionais é preciso ter noção do funcionamento das masculinidades e feminilidades que compõe essa arena, bem como da complexidade e diversidade das mulheres. As pesquisadoras feministas devem ter em mente que algumas mulheres irão ser inovadoras e ter grandes ideias, enquanto outras serão vistas como cúmplices do patriarcado e intolerantes ao feminismo. Além disso, é claro que as mulheres estão bem distantes de dar o tom da manifestação de poder, porém elas não devem ser enxergadas apenas como vítimas. Para a autora, mesmo as mulheres que estão totalmente marginalizadas do sistema de poder podem com recursos mínimos traçar estratégias e chegar a formar uma organização coletiva. Os comentaristas especialistas de política internacional não questionam as noções de gênero e poder[4]. Para eles as mulheres possuem papéis bem destinados quando se trata de assuntos internacionais que envolvam cultura, tradição, normas atemporais, analisadas como esferas totalmente a parte do exercido de poder, sem relação com as decisões que são tomadas ou como serão colocadas em prática. Nesse cenário, existem expectativas feminilizadas que devem ser internalizadas por mulheres e meninas, para que ao cumprir seus papéis destinados elas não percebam as formações políticas acontecendo ao redor. Para Enloe (2014), quando as mulheres resistem coletivamente a uma ou mais expectativas impostas sobre elas, isto pode reorganizar o sistema de poder local e internacional. Ainda que a forma de resistência fracasse ou tenha sucesso parcial, ela pode expor quem detém o poder para sustentar o *status quo* de gênero e quem se beneficia dele.

Apesar das tentativas de grupos feministas transnacionais[5], que são organizados e atuam tanto localmente quanto internacionalmente, de desafiar o funcionamento da política

[4] No campo das Relações Internacionais, o conceito de poder é um dos mais estudados, pois existem diversos autores que concordam e discordam entre si. As autoras estão em menor quantidade, mas já são responsáveis por apresentarem abordagens sobre o poder que se aproximem das questões de gênero e feministas, porque é extremamente importante trazer novas nuances para um conceito tão masculinizado. Ana Clara Telles C. Souza (2014) diz que os feminismos/o feminismo desafia, portanto, inúmeras certezas conceituais disciplinares das RI, sobretudo no que se refere às concepções de política e poder.

[5] Enloe (2014) cita em sua obra, *Bananas, Beaches and Bases:* Making Feminist Sense of International Politics, grupos e redes feministas transnacionais que se organizam para desafiar a forma como a política internacional está convencionalmente organizada, alguns deles são: Women's Global Network for Reproductive Rights, Equality Now, Women's Initiatives for Gender Justice, International Domestic Workers Network, Women's International League for Peace and Freedom. Outros estão listados nas páginas 13 e 14 do livro.

internacional, da maneira que está posto, é difícil ter notícias na mídia tradicional sobre eles. A mídia especializada (jornais tradicionais, canais televisivos com comentaristas internacionais e sites de grande alcance mundial) usa algumas justificativas para este apagamento, diz que esses grupos representam um "interesse especial", enquanto eles buscam a visão do "quadro geral". Outra justificativa é de que as organizações globais em defesa da mulher expõem problemas da esfera doméstica/privada, que se afastam de debates públicos importantes para o Sistema Internacional, como segurança, desenvolvimento, crise, estabilidade. Estas grandes preocupações parecem não ser afetadas pelo trabalho não remunerado ou mal pago das mulheres, pela criação e educação de meninas, pela violência de gênero que as mulheres sofrem, entre outros. E, nessa mesma linha, ainda uma terceira justificativa preconiza que o defendido pelas ativistas transnacionais são apenas "causas perdidas" (ENLOE, 2014).

Além deste apagamento dentro do campo político internacional, o campo econômico também tem grande responsabilidade na subjugação das mulheres, principalmente devido à estrutura capitalista e patriarcal existente. Nancy Fraser (2020) debate as contradições entre o sistema capitalista e o trabalho do cuidado, de forma que a ênfase na "crise do cuidado" está cada vez mais associada a pressões que vêm de várias direções. A temática do cuidado e sua crise global, que se instalou neste campo após a globalização, é explorada no segundo capítulo deste trabalho, no qual serão apresentadas as especificidades de seu entorno, mas é preciso inicialmente observar a relação deste trabalho com a exploração das mulheres dentro da conformação econômica da sociedade internacional. Segundo Fraser (2020) é necessário um grande equilíbrio de capacidades sociais, frequentemente desenvolvido por mulheres, para dar conta de dar à luz e criar filhos, cuidar de familiares, manter as casas e as comunidades em funcionamento e sustentar as conexões interpessoais. Embora alguns homens também desempenhem parte desses processos de "reprodução social", a representação deles é atrelada ao trabalho de mulheres. Já que, a constituição desse trabalho é a junção do labor afetivo com o labor material, que mesmo sendo realizado sem remuneração é indispensável para o funcionamento da sociedade, da cultura, da política e da economia.

Para Fraser (2020), a nova formação da sociedade capitalista está minando a reprodução social de forma sistemática, o que obteve como resultado uma "crise geral", que não é só do cuidado, mas sim de abrangência econômica, política e ecológica. Só que as questões de reprodução social geralmente são negligenciadas frente aos enfoques dos problemas econômicos ou ecológicos. Para a autora, todas as vertentes são dependentes uma das outras e não devem ser isoladas para serem compreendidas. Mas em relação a "crise do cuidado", ela defende a interpretação atrelada as contradições sociorreprodutivas da financeirização do

capitalismo, pois acredita que essas pressões têm origem na estrutura do sistema e da sociedade capitalista. A principal contradição está no fato de a reprodução social ser condição para a acumulação de capital continuadamente, e, por outro lado, o que o capitalismo orienta para a acumulação ilimitada volta-se para a desestabilização deste próprio processo do qual ele depende.

O subsistema econômico do capitalismo, definido por Fraser (2020), depende das atividades sociorreprodutivas e do que ela chama de condições de fundo, funções desempenhadas por poderes públicos e a disponibilidade da natureza (fonte de insumos e "esgoto" para o lixo produzido). Porém, o foco principal da autora é em como a economia capitalista parasita as atividades do cuidado, de prover, de interagir, de manter vínculos sociais, de forma que não confere valor monetizado e as trata como se não houvesse custos. Existe uma parte dessas atividades que existe fora do mercado (associações sociais ou escolas, por exemplo), e outra pequena parte que ganha a forma de trabalho remunerado.

> A atividade sociorreprodutiva não remunerada é necessária para a existência do trabalho remunerado, para a acumulação de mais-valor e para o funcionamento do capitalismo enquanto tal. Nada disso poderia existir caso faltassem o trabalho doméstico, a criação de crianças, a escolarização, o cuidado afetivo e uma gama de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e repor as existentes, bem como para manter vínculos sociais e compreensões compartilhadas. A reprodução social é uma indispensável condição de fundo para que seja possível a produção econômica numa sociedade capitalista (FRASER, 2020, p. 264-265).

Silvia Federici (2019) desenvolve a relação entre trabalho e salário, a qual para os trabalhadores parece ser uma troca justa, apesar da exploração do lucro feita pelo sistema capitalista. O trabalhador recebe do patrão o salário pelo serviço desempenhado, que pode ser entendido como uma recompensa, mas também pode não ser aceito e desencadear uma negociação por melhores condições ou aumento da quantia. No entanto, existe um tipo de trabalho que não possui esses atributos: o trabalho doméstico. "O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado" (FEDERICI, 2019, p. 42-43). Por atributo natural, a autora entende que o capitalismo impôs o trabalho doméstico no sentido de uma necessidade, aspiração feminina, parte da personalidade e da psique das mulheres. E esta não-remuneração do trabalho doméstico fez ele ser por vezes entendido como um não trabalho por parte do senso comum da sociedade, o que impede que as mulheres lutem contra essa imposição (FEDERICI, 2019).

Como o dinheiro tornou-se um instrumento de poder, quando uma atividade não é paga reforça que aquelas que desempenham o trabalho são dentro da estrutura subordinadas àqueles que fornecem as remunerações, sendo que este trabalho não remunerado é pré-condição para a existência do trabalho remunerado, sendo assim, as atividades das mulheres foram saturadas e

mistificadas por ideais domésticos de feminilidade, de acordo com Fraser (2020). Federici (2019) corrobora com esta visão, ao ilustrar que uma mulher era preparada ao longo da sua vida por sua mãe, uma dona de casa não remunerada, para assumir este mesmo papel no futuro. Desta forma, fica claro como o capitalismo foi bem-sucedido na criação deste "trabalho por amor". Os ganhos foram duplos, primeiro existiu uma enorme quantidade de trabalho realizado de graça por mulheres e depois os homens foram disciplinados por possuírem uma "criada", que é dependente do trabalho e do salário deles. Além disso, a autora mostra que a mulher desempenha afora dos serviços físicos, os emocionais e sexuais, o que torna ainda mais pesado e invisível seu trabalho. Entende-se que a preparação das mulheres para assumir essas posições sociais existem também de acordo com a classe econômica, a raça, a etnia e/ou a localização geográfica. Geralmente, as mulheres não brancas, de áreas rurais, pobres, mesmo com essa noção de casamento apresentada, tiveram que assumir postos de trabalhos desde novas, o que não impediu a relação apresentada pelas autoras supracitadas de tornar-se verdadeira.

Fraser (2020) destrincha a história do capitalismo em três regimes de reprodução social e de produção da economia. O primeiro é o que ela chama de "regime oitocentista do capitalismo liberal concorrencial", no qual existia a combinação da exploração da indústria na Europa e a expropriação das colônias localizadas na periferia. Nele, a reprodução dos trabalhadores ocorria de forma autônoma, sem o envolvimento dos Estados, porém foi criado um imaginário burguês em volta da vida familiar, que colocou as mulheres como representantes da reprodução social, da família privada e que as esferas separadas eram consideradas o ideal. O segundo, Fraser (2020) denomina como "capitalismo administrado pelo Estado" no século XX. O qual teve como base a produção industrial em larga escala e o consumismo doméstico dos países centrais, que eram sustentados ainda pela expropriação das colônias e ex-colônias. E a reprodução social foi internalizada pelo Estado e pelas empresas para prover o bem-estar social, com o ideal de salário que manteria uma família, com poucas famílias o alcançando. E o terceiro, é o que a autora chama de "capitalismo financeirizado globalizador", regime do tempo atual, globalizador e neoliberal, que deslocou as indústrias para os países de remuneração mais baixa, recrutou as mulheres como força de trabalho remunerada e promoveu a redução dos investimentos dos Estados e das empresas no bem-estar social.

Nesse terceiro regime, o trabalho do cuidado foi lançado pelo Estado para as comunidades e famílias, ao mesmo tempo que diminuiu a capacidade de tempo de elas desempenharem esta função. Como resultado, a crescente desigualdade social é sobrecarregada com a organização dual da reprodução social, que se tornou mercadoria para quem pode pagar e usufruir, e privada para quem não pode. O ideal do "salário que manteria uma família" se

modernizou para a "família de dois ganhadores de dinheiro" (FRASER, 2020). Além disso, outra característica desse regime é a centralização na dívida econômica dos países, "é cada vez mais através da dívida, noutras palavras, que o capital, agora, canibaliza o trabalho, disciplina os Estados, transfere riqueza da periferia para o centro e suga valor dos lares, das famílias, das comunidades e da natureza" (FRASER, 2020, p. 278).

Fraser (2020) explana que o capitalismo financeirizado institucionalizou a divisão da produção e da reprodução, de certa forma, em consonância com a base das questões de gênero, e admite em um sentido liberal-individualista que as mulheres devem ser consideradas iguais aos homens em todas as esferas, inclusive na de produção. No entanto, em relação a reprodução, esse regime a trata como um obstáculo ao avanço da libertação. É mais uma das contradições sociais do capitalismo, enquanto não há mais provimento por parte do Estado de bem-estar social, as mulheres são convocadas para fazer parte da mão de obra assalariada, o que gera a redução de salários, elevação de horas de trabalho pago, e a transferência dos cuidados da família para outra pessoa (WARREN, TYAGI, 2003 apud FRASER, 2020).

Federici (2019) afirma que a globalização é ainda mais catastrófica para as mulheres dos países periféricos. Não apenas pelo motivo das principais agências que regem o processo da globalização [o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial] serem compostas por homens e possuírem o viés patriarcal de funcionamento, mas também pelo objetivo final de controle total sobre os recursos naturais e o trabalho humano.

> Uma prova da guerra que as agências internacionais travam contra as mulheres, especialmente no "Sul", é o fato de tantas terem sido forçadas a sair de seu país e migrar para o "Norte", onde o único emprego que elas normalmente encontram é o trabalho doméstico. Na verdade, são as mulheres do "Sul" que hoje em dia tomam conta das crianças e dos idosos nos Estados Unidos e em muitos países da Europa, um fenômeno que alguns descrevem como "maternagem global" e "cuidado global[6]" (FEDERICI, 2019, p. 187).

Assim como, nos países centrais, como explica Federici (2019), a nova economia política da globalização também interferiu na vida das mulheres. Os Estados Unidos, considerado supostamente o Estado neoliberal mais bem sucedido, teve seu sistema de bem-estar social destruído e isto afetou mulheres e crianças. As mulheres trabalhadoras precisaram conseguir mais de um emprego para obter uma renda para a sobrevivência, além de que a presença feminina no sistema prisional cresceu, e houve o retorno do sistema de agricultura

[6] Termo proposto por Arlie Hochschild (2016).

conhecido como *plantation*[7] (FEDERICI, 2019). Por outro lado, segundo Fraser (2020), nos Estados Unidos há também o crescimento da popularidade de procedimentos como o congelamento de óvulos, que são oferecidos por empresas de tecnologia para suas funcionárias mais qualificadas, de forma gratuita, e a proliferação da tecnologia para bombas mecânicas de extração de leite materno, para que não seja necessário o aleitamento materno direto entre a mãe e o bebê, a fim de solucionar o problema com a licença maternidade ou parental.

Fraser (2020) explicita que as estratégias utilizadas pelos Estados pós-coloniais que estão endividados corroboram com a promoção da emigração das mulheres para a realização do trabalho do cuidado remunerado no exterior, pois eles visam a entrada de moeda estrangeira pelo envio de remessas, e até mesmo requerem a presença de indústrias estrangeiras para seus países, principalmente as que empregam mulheres, como a têxtil e de montadoras de produtos eletrônicos (BLAIR, 2010, *apud* FRASER, 2020). Essas questões serão abordadas no segundo capítulo, ainda de forma geral a fim de entender os vínculos entre os países do Norte Global e do Sul Global. Já no terceiro capítulo, o modelo exemplificativo escolhido, o corredor migratório entre o Equador e a Espanha, deixa claro as consequências que estas práticas tiveram para ambos os países.

> As lutas fronteiriças a respeito da reprodução social são tão centrais para a presente conjuntura quanto as lutas de classes a respeito da produção econômica. Elas respondem, acima de tudo, a uma "crise do cuidado" que está enraizada na dinâmica estrutural do capitalismo financeirizado. Globalizador e propelido pela dívida, esse capitalismo está expropriando, de modo sistemático, as capacidades disponíveis para sustentar conexões sociais (FRASER, 2020, p. 282).

1.3. Colonialidade de gênero e Colonialidade de poder: as manifestações da hierarquização entre os povos e a dicotomia entre os gêneros

María Lugones (2020) desenvolve a teoria da colonialidade de gênero, a partir da investigação da intersecção entre gênero, classe, raça e sexualidade, para entender o funcionamento da indiferença dos homens em relação as violências sofridas por mulheres de cor de forma sistemática. Ela utiliza-se de dois marcos analíticos. O primeiro é o trabalho sobre gênero, raça e colonização, que estão na constituição dos feminismos das mulheres de cor[8] dos Estados Unidos, das mulheres dos países pós-coloniais e das escolas Lat Crit e Critical Race

[7] *Plantation*: regime de plantações com base na monocultura, exportação e mão de obra barata (FEDERICI, 2019, p. 190).

[8] Lugones (2020) explica em nota de rodapé que utiliza este termo, proposto por mulheres que foram vítimas das opressões raciais nos Estados Unidos, para se referir às mulheres não-brancas. Ele não é utilizado como um termo que separa outras mulheres em diferentes categorias de raça e etnia. Na verdade, pretende-se realizar uma coalizão entre as mulheres negras, mestiças, indígenas, latinas e outras.

Theory. E o segundo, é o conceito de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder. Com o cruzamento desses dois marcos de análise a autora chega ao que ela chama de "sistema moderno-colonial de gênero".

Segundo Lugones (2020), a intersecção entre raça e gênero percebida por Quijano (2005) existe em termos amplos de estrutura. A análise de Quijano (2005), sobre o padrão de poder capitalista eurocêntrico e global, infere que este se organiza sobre os eixos da colonialidade do poder e da modernidade. Os eixos organizam a disputa pelo controle de todas as áreas da vida e são essas lutas que definem a esfera de sexo e gênero. Para a autora essa análise tem alcance limitado, porque Quijano (2005) aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre gênero, pressuposto pelo patriarcalismo e pela heterossexualidade. Neste caso, fica velado que as mulheres não brancas e colonizadas foram subordinadas aos homens e destituídas de poder. Este trabalho concorda com a linha de pensamento da autora, principalmente, porque é perceptível a necessidade de analisar todas as esferas da vida em sociedade a partir desses marcadores interseccionados, que María Lugones propõe.

Para Quijano (2005), a globalização é a culminação do processo iniciado na constituição da América e do sistema do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado que se tornou o novo padrão do poder mundial. Um dos eixos mais importantes deste foi a classificação da população a partir da ideia de raça. Com origem e caráter colonial, esse modelo se tornou mais duradouro que o próprio colonialismo. Foi a partir de uma suposta distinção biológica estrutural, a raça, que foi definida a inferioridade dos conquistados em relação aos conquistadores. Em seguida, depois da classificação da população da América, foi também classificada a população do mundo dentro desse novo padrão de poder. Desta forma, foram articuladas todas as formas de controle de trabalho, de produtos e de recursos dentro desse arquétipo em torno do capital e do mercado global.

As relações sociais que passaram a ser formadas criaram identidades sociais, os índios, os negros e os mestiços. Bem como, as determinações geográficas como europeu, português e espanhol ganharam conotação racial. Quando essas vinculações configuraram relações de dominação, as identidades foram associadas diretamente à hierarquia, papéis sociais definidos dentro do padrão de poder que estava sendo imposto. Ainda no processo de constituição da América, as formas de exploração de trabalho e de controle dos produtos foram articuladas a relação entre capital-salário e o mercado mundial. Ou seja, ocorreu a incorporação da escravidão, servidão, reciprocidade, pequena produção mercantil e salário. Todas as formas eram novas, historicamente e sociologicamente. Nesse sistema global de controle do trabalho essas formas de organização eram dependentes estruturalmente (QUIJANO, 2005).

Com a formação do sistema de divisão racial do trabalho, os índios foram categorizados na estrutura de servidão pela coroa espanhola, os negros continuaram reduzidos à escravidão, e os brancos, espanhóis e portugueses, podiam exercer funções com salário, ou ser comerciantes, artesãos, entre outros tipos de produtores. Exceto os nobres que ocupavam os postos administrativos, coloniais, civis ou militares, médios ou altos. Após a expansão da dominação dos europeus pelo mundo surgiram as identidades dos amarelos e azeitonados, que também se encaixavam nas categorias que não recebiam salários (QUIJANO, 2005).

> Entendo a lógica da "estrutura axiforme", no uso que Quijano faz dela, como expressão de uma interrelação: todo elemento que serve como um eixo se move constituindo e sendo constituído por todas as formas assumidas pelas relações de poder, referentes ao controle sobre domínios particulares da vida humana. Por fim, Quijano também esclarece que a colonialidade e o colonialismo são duas coisas distintas, à medida que o colonialismo não inclui, necessariamente, relações racistas de poder. Ainda assim, o nascimento e extensão da colonialidade, enraizada e espalhada pelo planeta, se fazem estreitamente relacionados com o colonialismo (LUGONES, 2020, p. 57).

Em relação a modernidade, Quijano (2005) explica que os europeus ocidentais pensaram ser os modernos da história e da humanidade, "o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie" (QUIJANO, 2005, p. 122). E eles difundiram e estabeleceram essa perspectiva histórica de criadores, protagonistas, como hegemônica no universo do novo padrão mundial de poder. Houve resistência intelectual a essa perspectiva, surgida no fim do século XIX e consolidada no século XX, após a II Guerra Mundial, que se vinculou ao debate do desenvolvimento e subdesenvolvimento (QUIJANO, 2005).

> Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as ideias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas (QUIJANO, 2005, p. 122).

Lugones (2020) acredita que a lógica dos eixos estruturais apresentadas por Quijano (2005) é mais ou menos o que se parece a interseccionalidade. Para ela, a interseccionalidade revela aquilo que não é possível ver se as categorias de gênero e raça forem analisadas separadamente. A categorização, segundo Lugones (2020) invisibiliza a dominação e a vitimização sofrida por mulheres (categoria de gênero), negras, hispânicas, chicanas, asiáticas e outras (categoria de raça). É importante ressaltar que a autodenominação de "mulheres de cor" utilizada pela autora não equivale aos termos raciais do Estado racistas, mas sim existem em proposição a eles.

> Kimberlé Crenshaw, eu e outras mulheres de cor feministas argumentamos que as categorias são entendidas como homogêneas e que elas selecionam um dominante, em seu grupo, como norma; dessa maneira, "mulher" seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, "homem" seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais, "negro" seleciona os machos heterossexuais negros, e assim

> sucessivamente. Então, é evidente que a lógica de separação categorial distorce os seres e fenômenos sociais que existem na intersecção, como faz a violência contra as mulheres de cor. Devido à maneira como as categorias são construídas, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor (LUGONES, 2020, p. 59).

María Lugones (2019) reflete sobre a diferenciação dicotômica e hierárquica entre homens e mulheres[9], na qual o homem colono europeu, burguês e branco, é o agente da vida pública, aquele que governa, porque cumpre os pré-requisitos de civilização, religião e racionalidade. Já a mulher europeia branca não era sua complementar, mas sim alguém a serviço desse homem, e sua função era reproduzir a humanidade e o capital, através da domesticidade, passividade e pureza sexual. Por outro lado, as mulheres colonizadas não eram vistas, estavam dentro de uma categoria vazia. À vista disto, Lugones (2020) afirma que somente quando gênero e raça são fundidos indissoluvelmente que as mulheres de cor são vistas. Desta forma, o termo "mulher", sem a fusão com a raça, não tem sentido racista, porque a seleção histórica é a do grupo dominante das mulheres burguesas, brancas e heterossexuais, ou seja, o abuso, a brutalidade e a desumanização que a colonialidade de gênero implica fica escondida.

Consequentemente, Lugones (2020) acredita que o padrão de Quijano (2005) não é suficiente para dar conta de todos os aspectos que gênero pode ser conceitualizado. Gênero estar contido no que ele chama de "âmbito básico da vida" – sexo, recursos e produtos – traz, na visão da autora pressupostos de dimorfismo sexual, heterossexualidade, distribuição de poder de forma patriarcal, e outros.

> Quijano parece dar como certo que a disputa pelo controle do sexo é uma disputa entre homens, competindo entre si pelo controle de recursos que são entendidos como femininos. Parece que ele não entende os homens como "recursos" nos encontros sexuais. Assim como parece que as mulheres não disputam em nenhum nível o controle do acesso ao sexo. As diferenças são pensadas nos mesmos termos em que a sociedade entende a biologia reprodutiva (LUGONES, 2020, p. 62).

O Sistema moderno/colonial de gênero de Lugones (2020) é entendido a partir da natureza e das mudanças estruturais na sociedade dos povos colonizados, que foram impostas pelo capitalismo eurocêntrico colonial moderno. Dentro das sociedades pré-colombianas, foram desintegradas as relações igualitárias, comunais dos processos de rituais, de autoridade, da tomada de decisões, econômicos, a partir da classificação de gênero. Lugones (2019) estabelece que a diferenciação racial negou a humanidade, e por consequência, o gênero aos colonizados. Sendo assim, a imposição colonial de gênero subjugou os colonizados e os encaminhou para a

[9] Lugones (2019) afirma que é necessário ter cuidado com a utilização dos termos "homem" e "mulher", como se eles fossem universais. No sentido de mostrar a resistência dos povos colonizados, a autora utiliza-se de termos dos povos originários da América e cita a autora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, para mostrar que esta definição de gênero como é conhecida e divulgada amplamente é parte desse eixo colonial/moderno. No entanto, para fins deste trabalho essas terminologias não são aprofundadas e é utilizado ao longo de todo o trabalho os termos "homem" e "mulher" universalizados.

internalização das dicotomias hierárquicas, como um marco civilizatório, que concedia cidadania e integrava a sociedade civil. Algo que é constantemente renovado.

A renovação deste Sistema moderno/colonial de gênero está presente nas Cadeias Globais de Cuidado, que serão explicadas no próximo capítulo. Não somente por manter o vínculo colonial, entre países que foram metrópoles e os países que hoje são ex-colônias, mas porque ele se modifica em novas práticas e utiliza novos termos para atualizar a relação entre os colonizadores e os colonizados, especialmente ao se tratar de mulheres racializadas e pobres. A hierarquização colonial e de gênero se expressa nas relações de trabalho, ainda mais quando o trabalho é realizado nos lares dos ex-colonizadores por ex-colonizados, o que deixa evidente as diversas violência que a manutenção deste sistema provoca, por exemplo, a xenofobia e o racismo.

Lélia Gonzalez (2020a) desenvolve que a manifestação do racismo expressado pelos colonizadores dos países europeus sobre os colonizados internalizou o conceito de "superioridade". Essa expressão do racismo pode ser aberta ou disfarçada. O racismo aberto refere-se às sociedades anglo-saxônicas, holandesas e germânicas, às quais estabelecem que pessoas negras são aquelas que tem antepassados negros, que tratam a miscigenação como algo impensável, e solucionam o "problema" com a segregação de grupos não-brancos. Já o racismo disfarçado, ou *racismo por denegação*, está presente nas sociedades latinas de colonização luso-espanhola, as quais admitem "teorias" de miscigenação, democracia racial e assimilação.

A formação histórica dos países ibéricos é importante para Gonzalez (2020a) entender como "a chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana[10] do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação" (GONZALEZ, 2020a, p. 130). A autora retrata que a formação da Espanha e de Portugal ocorre após séculos de guerras contra invasores que professavam a religião islâmica e que eram em grande maioria negros. Logo, Gonzalez (2020a) acredita que foram adquiridas experiências para articular as relações raciais de forma eficaz. Além disso, é importante destacar como essas sociedades ibéricas se estruturaram em um modelo hierárquico e rígido, dentro do qual os grupos étnicos diferenciados estavam sujeitos a dominação, controle social e político de forma violenta. As sociedades da América Latina, que são as herdeiras dessas classificações sociais, raciais e sexuais, reproduziram o arcabouço jurídico-administrativo das metrópoles. A crença de que são os valores brancos ocidentais são universais e verdadeiros foi e é reproduzida e perpetuada dentro dessas sociedades por meio de veículos de comunicação de massa e das

[10] O termo amefricana advém do conceito de amefricanidade, cunhado por Lélia Gonzalez (1988), no texto *A categoria político-cultural de Amefricanidade*.

instituições tradicionais. “O racismo latino-americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 2020a, p. 131).

Gonzalez (2020b) discute algumas contradições internas do movimento feminista latino-americano, no final do século XX, que quando observado com a lente racial é possível detectar a exclusão das mulheres negras e indígenas da região. A autora reconhece a importância do movimento para as lutas e conquistas das mulheres, e para a formação de redes e grupos. Em relação a estrutura patriarcal capitalista, o movimento feminista revelou as bases tanto materiais quanto simbólicas da opressão as mulheres. E trouxe à tona o caráter político da esfera privada, a partir disto novos questionamentos sobre sexualidade, direitos reprodutivos, violência de gênero, foram levados a debate público. Ainda assim, para Gonzalez (2020b) a discriminação racial sofrida pelas mulheres ameríndias e amefricanas não foi inclusa nas pautas.

Tanto o sexismo quanto o racismo partem da diferença biológica que foi utilizada para estabelecer a ideologia de dominação, segundo Gonzalez (2020b). A autora acredita que essa exclusão é caracterizada pelo *racismo por omissão*, que faz parte da estrutura eurocêntrica e neocolonialista. As mulheres não-brancas são infantilizadas pelo sistema de dominação vigente – o sistema patriarcal-racista –, são colocadas em um lugar inferior dentro da hierarquia social e têm seus direitos negados, o direito de ser o sujeito de seu próprio discurso e história. Para a autora, o feminismo latino-americano deve explorar o caráter multirracial e pluricultural do continente. Desta forma, poderá debater a divisão sexual do trabalho, com articulação de nível racial para evitar a generalização das mulheres, que acaba escondendo a realidade das mulheres não-brancas (GONZALEZ, 2020b).

> É importante insistir que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020b, p. 145-146).

Com base no pensamento de Virginia Vargas, no *texto Feminismo y movimiento social de mujeres*, Gonzalez (2020b) confere a necessidade de os novos movimentos de mulheres terem três aspectos: feminista, popular e político-partidário. Popular no sentido de abranger a maior participação das ameríndias e amefricanas, que estão preocupadas com a sobrevivência de suas famílias, as quais, em grande parte, formam o mercado informal de trabalho, e

necessitam de uma organização coletiva. Nos tempos de crise, são essas mulheres que mais sofrem com os efeitos gerados pela discriminação, exclusão e conservadorismo do modelo econômico vigente, inclusive sendo as mais necessitadas de benefícios sociais por serem vítimas da desigualdade de concentração de renda. Político-partidário, porque dentro de movimentos em conjunto com homens elas sofrem tentativas de exclusão da esfera de decisão, pois eles reproduzem os costumes sexistas do patriarcado. E feminista, porque as mulheres devem superar as desigualdades étnicas e raciais em nome da solidariedade e irmandade entre todas (GONZALEZ, 2020b). Ao longo do próximo capítulo poderá ser percebido como os aspectos da colonialidade de gênero e de poder ainda estão presentes e são renovados dentro da sociedade internacional, principalmente, quando se trata do modelo econômico da globalização, que explora as mulheres de países pós-colonizados em todos os setores da economia, nos seus próprios países ou a partir do fenômeno da migração.

2. CADEIAS GLOBAIS DE CUIDADO E OS CORREDORES MIGRATÓRIOS

2.1. A força de trabalho feminina no mundo pós-globalização: a divisão sexual e internacional do trabalho

A globalização é um fenômeno que possui algumas dinâmicas bem definidas, as principais delas, explicadas por Saskia Sassen (2008), são a constituição de mercados globais, o avanço de novas tecnologias de comunicação e a intensificação das redes tanto translocais quanto transnacionais. Além disto, a geração e fortalecimento de novos circuitos globais tornaram-se possíveis devido a existência do sistema econômico global, o qual é sustentado por instituições que realizam a transferência de dinheiro entre os mercados transfronteiriços. A autora conceitua como "contrageografias da globalização" uma economia submersa, que se utiliza da infraestrutura das instituições da economia regular, com o objetivo de geração de lucro e rentabilidade as custas de pessoas que estão em condições de desvantagem. Boa parte destas pessoas são mulheres, que transitam ilegalmente por fronteiras para abastecer os mercados formal e informal de trabalho. Os exemplos podem ir das trabalhadoras domésticas até as trabalhadoras da indústria do sexo. E os que lucram com esse trânsito são desde contratadores, traficantes, atravessadores até governos dos países envolvidos, de origem e de destino.

Helena Hirata (2005) aponta que, a partir dos anos 90, do século XX, a relação de interdependência entre os mercados dos países do Norte e do Sul Global geraram mudanças devido aos "novos modelos de produção", com destaque para a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. Ao contrário do que era dito pelos economistas neoliberais, que o novo modelo econômico traria maior igualdade de disputa entre os mercados, a derrubada das fronteiras comerciais pelos fluxos financeiros aumentou a desigualdade entre os países, as raças, os gêneros e as gerações. De forma que o poder econômico e político foi concentrado em três zonas globais, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Assim, ocorreu uma hierarquização dos modos de produção, a não homogeneização das relações de trabalho e amplificou a subalternização dos países periféricos, principalmente os que foram colonizados. Com todas essas transformações, a demanda para preencher diversas funções e ocupações nas áreas formais e informais do trabalho tornou-se cada vez maior e, por isso, a participação das mulheres foi crescente em todos os setores, principalmente no setor terciário. Especialmente, nos trabalhos precários e vulneráveis de países da Ásia, Europa e América Latina.

Cynthia Enloe (2014) investiga diversas inserções das mulheres no Sistema Internacional, na política, na economia e na sociedade. Para fins deste trabalho, existem três

situações que ajudam na melhor compreensão de como as mulheres sofrem ações, e reagem a elas, dentro do campo econômico conforme as regras do mercado global. Esses três cenários estão inseridos cada um em um setor da economia: o trabalho das mulheres no comércio de bananas – setor primário; o trabalho das mulheres na indústria têxtil e de confecções – setor secundário; e o trabalho doméstico transnacional – setor terciário. "Cada mulher pesa os prós e os contras de diferentes tipos de trabalho feminilizado precário e de baixa remuneração" (ENLOE, 2014, p. 305, tradução nossa)[11]. Outra relação comum entre esses cenários é a percepção das manifestações tanto do patriarcado quanto da colonialidade na vida laboral e pessoal das trabalhadoras.

Como bem afirma Enloe (2014), o comércio de bananas é um grande exemplo de negócio global. No mundo, a Índia é o maior produtor de bananas, mas quando se analisa os maiores exportadores do produto encontram-se o Equador, a Costa Rica, a Colômbia e as Filipinas. Já as companhias que possuem a maior produção e controlam dois terços do mercado mundial são dos Estados Unidos, a Dole, a Chiquita e a Del Monte. E os maiores importadores, logo, os principais consumidores, são os estadunidenses e alguns países da União Europeia. Desta forma, o poder que está concentrado em um pequeno número de empresas exerce uma grande influência nos países envolvidos, principalmente nos produtores da América Latina, e na OMC. Como a autora reforça, é possível inferir que há políticas de gênero presentes no comércio e política das bananas, pois as mulheres desempenham papéis diferentes dos homens, bem como sofrem consequências diferentes. E a partir disso, descobre-se que outros comércios globais de produtos agrícolas funcionam da mesma maneira.

> Noções de masculinidade e feminilidade foram usadas para moldar a economia política internacional da banana. As plantações de banana foram desenvolvidas na América Central, América Latina, Caribe, África e Filipinas como resultado de alianças entre homens de interesses diferentes, mas complementares: empresários e funcionários do sexo masculino dos países importadores, por um lado, e grandes proprietários e funcionários do governo dos países exportadores, de outro. Para limpar a terra e colher as bananas, esses homens industrializadores de banana decidiram que precisavam de uma força de trabalho masculina, sustentada à distância por mulheres como prostitutas, mães e esposas (ENLOE, 2014, p. 219, tradução nossa)[12].

[11] No original: "Each woman weighs the pluses and minuses of different sorts of precarious, low-paying feminized work" (ENLOE, 2014, p. 305).

[12] No original: "Notions of masculinity and femininity have been used to shape the international political economy of the banana. Banana plantations were developed in Central America, Latin America, the Caribbean, Africa, and the Philippines as a result of alliances between men of different but complementary interests: businessmen and male officials of the importing countries, on the one hand, and male large-landowners and government officials of the exporting countries, on the other. To clear the land and harvest the bananas, these male banana industrializers decided they needed a male workforce, one sustained at a distance by women as prostitutes, mothers, and wives" (ENLOE, 214, p. 219).

Dentro dessa noção de produtividade das bananeiras, Enloe (2014) explica que os executivos das empresas acreditavam que o trabalho, ou a maior parte dele, só poderia ser desempenhado por homens, porque exigia força na plantação, no carregamento e transporte, e o uso de ferramentas, como facões. No entanto, a contratação de muitas mulheres acontece para suprir as atividades de extração e colheita, e ainda, em situações mais especificas, caso a contratação de homens seja mais cara ou se a união deles se tornar uma ameaça. Economicamente as mulheres sempre serão preferidas em momentos de redução de custos, caso a safra perca valor no mercado internacional, para contratações de meio período e quando a tecnologia já supre a força necessária para algumas tarefas consideradas "braçais". A autora explicita que, mesmo diante da imagem masculina na plantação de bananas, foi necessário o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres para alavancar a internacionalização do produto. Na América Latina, cerca de 8% dos trabalhadores das empresas de bananas eram mulheres, o que representava 500 mil mulheres empregadas, mas como expõe Enloe (2014) é um número que diminuiu ao longo dos anos, porque os executivos decidiram que mesmo com os baixos salários, estas mulheres custam alto. As principais funções das mulheres nessa cadeia de produção são: as de cortar os cachos dos caules, porque exige habilidade para não danificar as bananas, lavagem dos pesticidas utilizados, seleção dos rejeitos, pesagem, colocação do adesivo da empresa e a embalagem para envio.

> Como nas cidades mineradoras dominadas por homens, do Chile à África do Sul e Indonésia, as empresas só podem recrutar homens para morar fora de casa se alguém cuidar de suas famílias e cuidar de suas terras. A "feminização da agricultura" - isto é, deixar a pequena agricultura para as mulheres - sempre foi parte integrante da masculinização da mineração e das plantações de banana. Os trabalhadores do sexo masculino têm de fazer acordos privados com esposas, mães ou irmãs que lhes assegurem um lugar para onde voltarem quando seus contratos expirarem, quando se cansarem do tratamento desdenhoso dos supervisores ou quando forem demitidos porque dos preços mundiais despencaram. Por trás de cada plantação de banana dominada por homens, consequentemente, há dezenas de mulheres - como esposas, filhas e mães - realizando trabalho doméstico e agrícola não remunerado (ENLOE, 2014, p. 230, tradução nossa)[13].

As consequências determinantes do trabalho das mulheres nesse tipo de plantação e de outras mercadorias agrícolas para exportação são diversas. Enloe (2014) cita a insegurança no

[13] No original: "As in the male-dominated mining towns from Chile to South Africa to Indonesia, companies can recruit men to live away from home only if someone back home takes care of their families and maintains their land. The "feminization of agriculture"—that is, leaving small-scale farming to women—has always been part and parcel of the masculinization of mining and banana plantations. The male laborers have to make private arrangements with wives, mothers, or sisters that will assure them of a place to return to when their contracts expire, when they get fed up with supervisors' contemptuous treatment, or when they are laid off because world prices have plummeted. Behind every male-dominated banana plantation, consequently, stand scores of women—as wives, daughters, and mothers—performing unpaid household and farm labor" (ENLOE, 2014, p. 230).

manuseio de produtos químicos, a baixa remuneração – que ainda é mais reduzida, porque deve ser enviada uma parte para a família, no caso das migrantes –, os lugares onde vivem, dividido com outras centenas de mulheres nas mesmas condições, o assédio sexual por parte de supervisores e de trabalhadores, e o predomínio da prostituição como um instrumento de controle dos trabalhadores homens. Porém, em 1985, as mulheres que trabalhavam nas plantações de banana em Honduras começaram a se organizar para questionar o monopólio masculino das lideranças sindicais. Elas se autodenominaram *bananeras*, e no primeiro momento foram ridicularizadas pelos trabalhadores homens sindicalizados, mas isto não as impediu de se reunir para conversar sobre suas experiências nos galpões de embalagens e perceber que seus problemas iam além do trabalho, mas todo o sistema em que esta atividade estava envolvida. Apenas 8 anos depois, elas conseguiram formar um comitê feminino dentro do sindicato. Assim, passaram a se desenvolver cada vez mais e compartilhar experiências com outras trabalhadoras, por meio de *workshops* e formar um novo entendimento político de gênero. Nos anos 1990, mesmo com os problemas de diferentes ordens enfrentados pelos países da América Latina, por exemplo, a redução dos empregos e a repressão as organizações sindicais, as mulheres continuaram a espalhar conhecimentos e a formar redes de trabalhadoras, que ultrapassaram fronteiras geográficas, geracionais e de gênero (ENLOE, 2014).

No caso do setor secundário, uma grande indústria exploradora do trabalho feminino é a têxtil e de confecções. Não apenas no mundo globalizado, mas desde o início da Revolução Industrial, no século XIX, Enloe (2014) explica que ocorreu uma feminização desse trabalho com o objetivo de aumentar a competitividade internacional da Grã-Bretanha e os lucros. O trabalho das mulheres foi disseminado entre os países que estavam no início da industrialização, mas também entre os que queriam resistir a colonização e ao imperialismo das grandes potências da época. Como resultado, mulheres deixaram áreas rurais para serem as primeiras trabalhadoras industriais de diversos países, o que também gerou mudanças sociais, como o adiamento de casamentos e novos comportamentos e posicionamentos políticos, os quais tiveram que ser contidos por toda a estrutura patriarcal da sociedade. A introdução da máquina de costura, a partir de 1850, permitiu que as atividades das empregadas fossem racionalizadas, cada mulher costurava uma parte da roupa, sendo assim, elas passaram a receber por peça e não mais por horas ou pelo produto completo. Por causa disto, houve um aumento da competitividade e diminuição do senso de solidariedade, o que facilitou o controle dos gerentes das fábricas sobre todo o processo (ENLOE, 2014).

Já nos dias atuais, a indústria de vestuário é global, a moda exige uma troca frequente de produtos, coleções, vitrines e prateleiras, ou seja, a necessidade de uma produção acelerada

e em larga escala. Então as grandes marcas de roupas e calçados, apesar de serem norte-americanas e europeias, concentraram suas produções em países considerados "em desenvolvimento", localizados no Sul Global, principalmente os asiáticos. Enloe (2014) expõe que o trabalho além de ter sido redirecionado para estes países, que fornecem o menor custo de produção, licenças, incentivos fiscais, e o principal, mão-de-obra barata, também passou a ser terceirizado. Ou seja, grandes companhias internacionais compram as peças de fornecedores, que muitas vezes possuem fábricas clandestinas, sem documentos e estrutura para funcionamento, e frequentemente coloca em risco a vida das trabalhadoras e trabalhadores, por falta de segurança e condições de saúde. Os países que a autora cita como os principais dentro desse circuito são: Bangladesh, Paquistão, Coreia do Sul, México e Camboja. E os diversos acidentes nas fábricas, incêndios que mataram milhares de pessoas, a maioria mulheres, mesmo que chamem atenção da mídia internacional ou que cause algum tipo de revolta entre os consumidores, não mudaram a política das subcontratações (ENLOE, 2014).

"O trabalho de ninguém é automaticamente barato. Tem que ser *feito* barato. É a manipulação deliberada de ideias sobre meninas e mulheres, e de noções de feminilidade, que capacita aqueles que tentam baratear o trabalho das mulheres" (ENLOE, 2014, p. 259, tradução nossa)[14]. Como exemplo principal, segundo Enloe (2014), em Bangladesh, no início dos anos 90, do século XX, as mulheres eram 28% dos trabalhadores da indústria de confecções, já em 2002, eram 85%. Isto representa que não ocorreu um processo natural, mas sim uma redefinição das contratações para que fosse possível atrair as grandes marcas internacionais para o país, devido aos salários baixos. Também houve uma reorganização social, a partir da contratação de mulheres jovens da zona rural, estas adiaram casamentos, enviaram remessas para suas famílias, e até mesmo no caso das operárias casadas foi aberto um espaço para a negociação da divisão do trabalho doméstico com os maridos. Ademais, a autora evidencia a existência de uma narrativa racializada que se popularizou, a qual afirma que as mulheres que estão nas margens da sociedade países ricos e as de países pobres são menos conhecedoras de seus direitos e menos conscientes. De maneira que elas apenas buscariam direitos se fossem lideradas por homens ou mulheres privilegiadas, e isto barateia ainda mais o trabalho delas.

> Muitas trabalhadoras do setor de confecções de Bangladesh tomaram consciência das condições injustas, até mesmo perigosas, em que costuravam, bainhas e bolsos - havia banheiros sujos, longas horas de trabalho, ventilação insuficiente, escadas bloqueadas. Ao decidir se arriscaria se organizar e se arriscaria a participar de protestos, cada operária do setor de confecções teve que pesar as vantagens de gênero de pegar e

[14] No original: "No one's labor is automatically cheap. It has to be *made* cheap. It is the deliberate manipulation of ideas about girls and women, and of notions of femininity, that empowers those who try to cheapen women's labor" (ENLOE, 2014, p. 259).

> manter seu emprego remunerado na fábrica contra sua crescente frustração com o conluio explorador entre uma série de homens: as empresas globais, seus donos de fábricas e os políticos locais que suprimiram seus salários, desencorajaram seus esforços de organização e colocaram em risco sua saúde. Esse cálculo de gênero era preocupante (ENLOE, 2014, p. 261, tradução nossa)[15].

O *jeans* também influenciou a política de gênero, não apenas quando as mulheres passaram a vestir calças e serem consumidoras de "jeans de grife", mas quando a produção deixou de ser artesanal para ser industrial. Enloe (2014) cita o exemplo da gigante americana *Levi's*, que mesmo com resistência a terceirização maior que seus concorrentes, nos anos 80 do século XX, já havia transferido suas fábricas para o sul e sudoeste dos Estados Unidos e a maioria de seus empregados eram mulheres latinas, afro-americanas e mulheres brancas de zonas rurais. Porém, logo depois passaram a ser estrangeiras nas Filipinas, Turquia, China e Indonésia. Grandes empresas de outros países também contrataram migrantes recém-chegadas de países do Sul Global. O próximo passo foi a transformação dessas empresas em "fabricantes sem fábricas". A contratação terceirizada, ou subcontratação, passou a envolver mulheres que costuram em suas próprias residências. Elas recebem remuneração ainda mais baixa, tem gasto com eletricidade e poucos benefícios da empresa. Mas por outro lado, não precisam renunciar à maternidade e ao trabalho doméstico e do cuidado por causa do emprego remunerado, o que algumas enxergam como vantagem (ENLOE, 2014).

A relação entre os grandes bancos internacionais e a globalização da indústria de vestuário, calçados e eletrônicos é bem estreita. Enloe (2014) expõe a diferença da feminização do trabalho com a masculinização das negociações. Quem delibera sobre a baixa remuneração das trabalhadoras, os empréstimos transnacionais, a política de exportação e a competitividade do mercado são homens, que estão em posição de poder nos bancos privados, no FMI e no Banco Mundial, e lidam diretamente com os executivos das empresas e os funcionários governamentais. Por isso, a globalização da moda depende dos países credores e dos países endividados. Os primeiros montam suas fábricas ou subcontratam trabalhadoras(es) dos segundos, os quais precisam fornecer toda a estrutura de funcionamento e benefícios. "A menos que continuem globalmente competitivos na exportação de roupas, muitos desses governos endividados não podem pagar suas dívidas internacionais" (ENLOE, 2014, p. 278, tradução

[15] No original: "Many Bangladeshi women garment workers became acutely aware of the unfair, even dangerous, conditions under which they sewed seams, hems, and pockets—there were unclean toilets, long hours, poor ventilation, blocked stairways. When deciding whether to risk organizing and whether to risk taking part in protests, each woman garment worker had to weigh the gendered advantages of taking and keeping her paid factory job against her growing frustration at the exploitive collusion between an array of men: the global companies, their factory owners, and the local politicians who suppressed her wages, discouraged her organizing efforts, and endangered her health. That gendered calculus was fraught" (ENLOE, 2014, p. 261).

nossa)[16]. Para a autora, essa descentralização da indústria também torna mais difícil o monitoramento dos abusos que as empresas cometem e até a implementação e verificação de leis trabalhistas que os governos criam para a segurança dos trabalhadores. Outro fator muitas vezes não investigado é que a partir do trabalho das mulheres nessas indústrias, chamadas de leves[17], foi possível acumular capital para investir em indústrias pesadas[18] e alavancar economias de países, por exemplo a Coreia do Sul (ENLOE, 2014).

Por fim, para resumir as premissas utilizadas pelo patriarcado para interferir no trabalho das mulheres nessa atividade, Enloe (2014) explicita que a primeira é a naturalização da costura como uma tradição entre mulheres e meninas, e não uma habilidade para ser desenvolvida e remunerada. A segunda, parte do princípio de que as mulheres realizam esse trabalho "natural", para que os homens possam se ocupar de trabalhos qualificados, que operam máquinas ou exigem força física. A terceira é que o emprego feminino é um emprego secundário dentro da família, por isso a remuneração dele pode ser mais baixa. E a última, baseia-se na ideia de que as mulheres solteiras vivem uma fase de trabalho, de várias horas e dias por semana, apenas até encontrarem um homem para casar e sustentá-las. Premissas essas que são utilizadas não apenas pelos donos de fábricas e funcionários de alto escalão, mas também disseminadas entre os homens trabalhadores e sindicalizados, o que evita a união entre eles e as mulheres (ENLOE, 2014).

> Assim, manter o trabalho das mulheres barato requer poder patriarcal. O trabalho feminino mais barato requer alianças, vigilância e esforço diário. Esse esforço é parte integrante do que é chamado de "economia política internacional" de hoje. Os gerentes de fábrica por si só não conseguem manter o trabalho das mulheres barato: é preciso uma combinação de aliados dispostos - pais e maridos, produtores de mídia, oficiais locais e nacionais, forças policiais, executivos globais, ativistas trabalhistas - mantendo e promovendo ideias patriarcais. Ou seja, os lucros e as receitas fiscais auferidos por empresas e governos dependem da perpetuação de certas ideias sobre habilidades, casamento, filhas zelosas, cuidados infantis, respeitabilidade feminina e moda. A política da indústria global de vestuário é sustentada por essas ideias patriarcais, que mantêm relações de gênero dentro dos lares, dentro das comunidades e dentro e entre os governos, bem como no chão da fábrica (ENLOE, 2014, p. 282, tradução nossa)[19].

[16] No original: "Unless they remain globally competitive in the export of garments, many of these indebted governments cannot pay off their international debts" (ENLOE, 2014, p. 278).
[17] São exemplos de indústrias leves: têxteis, vestimentas, brinquedos, eletrônicos, processamento de comida e outras (ENLOE, 2014).
[18] São exemplos de indústrias pesadas: automóveis, fabricação de máquinas, petroquímica, construção naval, mineração e outras (ENLOE, 2014).
[19] No original: "Thus keeping women's labor cheap requires patriarchal power. Cheapening women's labor requires alliances, vigilance, and daily effort. That effort is an integral part of what is called today's "international political economy." Factory managers alone cannot keep women's labor cheap: it takes a combination of willing allies—fathers and husbands, media producers, local and national officials, police forces, global executives, labor activists—holding and promoting patriarchal ideas. That is, the profits and tax revenues earned by businesses and governments rely on the perpetuation of certain ideas about skills, marriage, dutiful daughters, child care, feminine

O setor de serviços – terciário – ao mesmo tempo em que tem suas particularidades, quando é analisado transnacionalmente, globalizado, está entrelaçado com as atividades da agricultura e da indústria. Além das relações, já discutidas anteriormente, entre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado dos homens, é importante pensar que as empregadas das plantações e das confecções têm suas próprias atividades domésticas para realizar. Ou elas irão contratar outra mulher para realizá-lo? Dependerão da rede familiar/comunitária para cuidar dos filhos? Ou ainda, elas irão abandonar seus empregos mal remunerados para serem empregadas domésticas em outros países? Todas as opções são válidas. Enloe (2014) afirma que existe uma fórmula comum aplicada entre os países para criar e manter o fluxo de mão de obra doméstica barata, os principais componentes desta são: estereotipar o trabalho doméstico como um trabalho de mulheres; canalizar mulheres de grupos marginalizados (regionais, étnicos, raciais) para exercer estas funções; manter a separação política entre mulheres de classe média e da classe trabalhadora; certificar que a tentativa de obter vistos e consentimento de cidadania para trabalhadoras domésticas migrantes sejam serviços precários; excluir estas trabalhadoras das leis trabalhistas do país anfitrião e que os países de origem não desafiem as regras, entre outros.

O trabalho doméstico muito antes de ser transnacional e globalizado, já apresentava as mesmas questões raciais, étnicas e geográficas que são debatidas atualmente. Apenas não havia a nomenclatura e conceitos reconhecidos sobre ele. Enloe (2014) cita a feminista Maria Rye, da Grã-Bretanha, do século XIX, que narra a busca por emprego de mulheres de classe média, solteiras, nas colônias do seu país. Ela relata que não existiam homens suficientes para que todas as mulheres dessa classe se casassem e não existiam empregos de governantas, ou funções afins, para elas. A solução encontrada pelo grupo de mulheres brancas e pelo império britânico foi empregá-las nas casas dos colonos brancos, para exercer funções que possuíssem valor social e que fossem de acordo com as habilidades que elas aprenderam durante a vida, seriam babás e governantas. Poucas mulheres migraram para as colônias, não sendo suficiente para resolver o problema, no entanto, era clara a preferência pelos "territórios brancos", Austrália, Nova Zelândia e Canadá, em detrimento de países da África e da Índia. A real demanda dos colonos por empregadas domésticas e babás foi suprida pelas "criadas", mulheres de grupos étnico-raciais da colônia, indianas, africanas, malaias, aborígenes e outras.

---

respectability, and fashion. The politics of the global garment industry are sustained by these patriarchal ideas, which maintain gendered relationships inside homes, within communities, and in and between governments, as well as on the factory floor" (ENLOE, 2014, p. 282).

Enloe (2014) critica quem considera o trabalho doméstico feminizado como atemporal, para ela a feminização de qualquer trabalho, seja remunerado ou não, é um processo histórico e político. A arquitetura das casas das famílias foi adaptada a realidade de ter empregadas domésticas, banheiro separado, quarto na cozinha ou no porão, também os espaços para eletrodomésticos, como máquina de lavar e aspirador de pó. Mesmo quando em nome da respeitabilidade social das mulheres de classe média era exigido que elas fossem as únicas responsáveis pelo cuidado da casa, do marido e dos filhos, poderiam ter "ajuda" de uma empregada doméstica por poucos dias na semana. É quando essas mulheres, a partir dos anos 1970, são encorajadas a buscar empregos remunerados fora de casa e percebem o peso da dupla jornada de trabalho que sem o apoio de maridos e/ou do Estado, encontram soluções privadas: trabalhar meio período, adiar a gravidez, mas o principal, desde a última década do século XX e as décadas iniciais do século XXI, é a contratação de outras mulheres para realizar o trabalho do cuidado e doméstico "excessivo".

2.2. Os conceitos e diferenças do "trabalho de mulher"

Trabalho do cuidado

Apesar do trabalho doméstico ter sido pauta da agenda do movimento feminista por muitos anos, e ter teorias bem definidas sobre ele, quando está em análise o trabalho do cuidado é um pouco diferente. Karina Batthyány (2021) explica que a "descoberta" do trabalho do cuidado se deu exatamente no final do século XX, pelas razões anteriormente expostas, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade da terceirização do trabalho realizado dentro da instituição família. A autora explica que não existe um consenso sobre o conceito de trabalho do cuidado, são várias definições, mas que se encontram como termo chave para pesquisas de gênero sobre proteção social. Batthyány (2021) apresenta a definição da socióloga María Ángeles Durán, que diz que o cuidado propicia o bem-estar, o desenvolvimento e a subsistência. O cuidado abrange as áreas físicas, afetivas e emocionais de todas as pessoas durante toda a vida. Desde estímulos a bebês para que desenvolvam habilidades cognitivas até a preservação das capacidades dos idosos. Dessa maneira, realizar o trabalho do cuidado exige a gestão e geração de bens, serviços e recursos, os quais irão viabilizar alimentos, higiene pessoal, saúde, atividades sociais, processos de aprendizagem e outros.

Cristina Carrasco Bengoa (2018) diz que o cuidado é inerente a vida, é a parte fundamental da reprodução social, das pessoas e da vida humana. Mas ela aponta que existem

dois aspectos que devem ser relacionados ao cuidado, as relações hetero-patriarcais e as relações capitalistas. No primeiro aspecto, é entendido que o cuidado é um *plus* afetivo realizado por mulheres em relação a suas famílias, pais idosos, marido e filhos. O que demanda uma grande quantidade de energia disponibilizada pela mulher, o que Arlie Hochschild denomina como "mais-valia emocional". No segundo aspecto, a autora aponta a falsa naturalidade que é atribuída a realização do trabalho do cuidado dentro dos lares, quando na verdade existe a interferência da "mão invisível" do mercado, que atua em prol da realização das tarefas e atividades que mantém o funcionamento da vida econômica. Sendo assim, o trabalho do cuidado visto pela autora como base da vida e do sistema econômico, está no centro da reprodução social, o que faz das mulheres as sustentadoras da estrutura econômica e social.

> Os cuidados falam sobre a nossa vulnerabilidade. Nascemos e vivemos em corpos e mentes frágeis e vulneráveis que exigem cuidados ao longo de todo o ciclo vital: cuidados do corpo, na saúde, afetivos, amorosos, psicológicos. Cuidados absolutamente necessários, que sustentam cotidianamente os corpos. Não se trata, portanto, de que alguém queira ou não fazê-los, nem de que se goste ou não; é simplesmente uma condição humana e é preciso realizá-las. Negar os cuidados é negar a própria vida. Neste sentido, o cuidado tem uma dupla dimensão: por um lado, é um direito individual, por outro, é uma responsabilidade coletiva. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais. O cuidado não é um assunto de mulheres (CARRASCO BENGOA, 2018, p. 47-48).

Neste sentido, Carrasco Bengoa (2018) acredita que existe um limite da participação das mulheres no mercado de trabalho. Ainda que elas tenham diminuído a quantidade de trabalho doméstico e de cuidados exercidos exclusivamente por elas, e até mesmo tenha ocorrido uma queda na fecundidade, ou o atraso dela, é muito difícil que as mulheres deixem que o bem-estar de suas famílias seja comprometido de alguma forma. Isto reflete a tradição da sociedade patriarcal, que ensina desde o início da vida de meninas que este é seu estado natural, suas habilidades intrínsecas e que não podem depender dos homens para estas atividades, até porque não é obrigação deles.

Trabalho reprodutivo

Para Carrasco Bengoa (2018) a denominação de trabalho reprodutivo é problemática, pois esta mantém a dicotomia entre atividades produtivas e reprodutivas, como se os trabalhos realizados em cada um destes âmbitos fossem diferentes, realizados paralelamente um ao outro, sem interferências. Ademais que somente uma dessas esferas é valorizada e bem definida, a produtiva, e a reprodutiva só existe na medida que reflete a outra. Esse enfoque de produção-reprodução não possibilita escapar da dimensão patriarcal e econômica da vida, a qual diz que

o que se produz e reproduz (mercadorias) para o mercado são apenas coisas externas. No entanto, dentro dos lares também produz-se e reproduz-se serviços, comidas, roupas. Obscurecer as atividades realizadas no lar e não enxergá-las como eixo central da sociedade tem como objetivo esconder o que o trabalho doméstico significa para a acumulação de capital, a violência exercida sobre as mulheres que trabalham em casa ou que tem dupla jornada de trabalho, bem como a exploração de outras atividades que não são monetizadas e extraídas da natureza.

A desvalorização do trabalho reprodutivo está diretamente ligada a ele ser tratado como um assunto privado e de responsabilidade apenas das mulheres, ou seja, elas sempre têm menos poder que os homens para enfrentar o mercado capitalista e o Estado, por isso estão sempre em condições de vulnerabilidade econômica e social. Quando o trabalho reprodutivo precisa ser reorganizado, devido a redução do tempo das mulheres dedicado a ele, pois foi transferido seguindo as regras do mercado, inicia-se uma mercantilização desenfreada de todos os aspectos da vida (FEDERICI, 2019). Desde a saúde, a produção dos alimentos, a educação até mesmo a segurança de crianças e idosos, que não podem mais ser organizadas pelas mulheres são tratadas como produtos à venda, sendo que deveriam ser fornecidos pelo Estado ou subsidiados por ele. Mas a "solução" encontrada não foi essa, e sim, como aponta Federici (2019), a redistribuição entre as mulheres, o que aumentou a desigualdade entre este grupo de acordo com classe social, raça/etnia e posição geográfica, como também estendeu a crise do trabalho doméstico a partir do momento que ele tem que ser deslocado entre as famílias das cuidadoras remuneradas.

"O capitalismo promove uma crise permanente da reprodução (FEDERICI, 2019, p. 218)". Segundo Federici (2019), esta crise não foi muito evidente nos países do Norte global, porque ela era externalizada nas colônias e ditas como consequência do atraso cultural e do apego as antigas tradições "tribais". Carrasco Bengoa (2018) explica que os efeitos da crise de reprodução foram maiores nos países menos industriados, porque os mecanismos utilizados neoliberalismo exigiam reduções de gastos do Estado, em áreas de saúde, educação, programas sociais, além de priorizar privatizações e desregulamentações. Como foi visto na seção anterior, os países do Sul global estão muito mais reféns das imposições das instituições financeiras internacionais. A consequência principal nesses países, apontada por Carrasco Bengoa (2018) é da ordem de gênero, pois a insegurança da vida cotidiana gerou o que ela chama de feminização da sobrevivência. A autora ressalta que há grupos que se beneficiam com essa crise. A privatização do cuidado gera espaço no mercado de serviços, cria e diversifica fontes de acumulação de capital, ao mesmo tempo que reforça a naturalização das habilidades das mulheres e uma espécie de ideia de "retorno ao lar". Porém, as mulheres menos favorecidas na

verdade saem do seu lar para adentrar o de outras mulheres mais favorecidas, e realizar o que a sociedade patriarcal acha que seria dever de todas elas. Na próxima seção deste trabalho será discutido especificamente como a partir desta contradição entre o capital e o trabalho do cuidado, as mulheres encontraram como opção de sobrevivência - pois não dá para chamar de "solução" se a crise ainda existe – a transnacionalização dessa atividade, a transformando em Cadeias Globais de Cuidado.

Trabalho afetivo

Tanto para Encarnación Gutiérrez-Rodríguez (2010), quanto para Arlie Hochschild (2016) os trabalhos domésticos e do cuidado não devem ser analisados apenas pelo viés econômico da globalização, mas também pensados enquanto um trabalho afetivo. Isto implica em perceber as emoções dentro das realidades privadas das famílias, que contratam e dos indivíduos que são cuidados, mas, principalmente, das trabalhadoras contratadas. Hochschild (2016) utiliza-se da ideia Karl Marx da *mais-valia*, o excedente da produção que compõe o lucro do patrão e não é dividido com o trabalhador, para mostrar que nesta conceituação a exploração ocorre dentro da esfera pública e não envolve a esfera privada das relações humanas. No entanto, para a autora, na relação do trabalho doméstico e do cuidado remunerado, considerado por ela um trabalho emocional, torna-se complexo analisar sentimento como um recurso dentro da esfera privada familiar, porém ele não deixa de ser.

Federici (2019) esclarece que o termo "trabalho afetivo" foi cunhado por marxistas autonomistas, nos anos 90, mas também foi incorporado por alguns radicais, e refletia as novas formas de trabalho após a reestruturação econômica do mundo. No mundo atual, esta denominação é usada para descrever as atividades do setor de serviços, para conceitualizar trabalhos "pós-fordistas" e pode ser também visto como sinônimo de trabalho reprodutivo. A autora discute e critica a teoria do trabalho afetivo criada por Michael Hardt e Antonio Negri, também busca as origens dos afetos na filosofia e sociologia[20], mas o enfoque direto deste trabalho será em como as autoras feministas formulam a conceitualização de trabalho afetivo.

O argumento de Federici (2019) é que o trabalho afetivo aponta os aspectos da comercialização da reprodução, mas é problemático se visto como o centro das atividades e relações que são a base da reprodução da força de trabalho. Porque, quando visto desta forma, ele esconde a exploração do trabalho das mulheres, o não-remunerado, e invisibiliza as lutas

[20] As discussões de Federici (2019) acerca destes autores estão reunidas no capítulo intitulado *Sobre o trabalho afetivo*, a partir da página 324, da obra *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.*

que estão sendo travadas pelas feministas desde os anos 1970. Na visão de autoras feministas, em outras funções que não são domésticas, as mulheres também desempenham o trabalho afetivo. Sejam aeromoças, garçonetes, modelos, vendedoras de lojas, elas têm que colocar a subjetividade, afeto e personalidade em seu trabalho, mesmo dentro de um ambiente competitivo, e sob a supervisão, inclusive tecnológica, de seus empregadores.

> Somente quando pensamos no trabalho afetivo como trabalho reprodutivo em sua função dupla e contraditória, como reprodução de seres humanos e reprodução da força de trabalho, é que podemos imaginar formas de luta e recusa que fortaleçam as pessoas que cuidamos, em vez de destruí-las. A lição do movimento feminista tem sido crucial nesse sentido, já que reconhece que a recusa das mulheres em relação à exploração e à chantagem emocional, que está no cerne do trabalho doméstico não remunerado, bem como do trabalho de cuidado remunerado, liberta também quem depende desse trabalho (FEDERICI, 2019, p. 352).

Gutiérrez-Rodríguez (2010) explora o trabalho afetivo dentro da lógica da contratação de mulheres para realizar o trabalho doméstico e do cuidado. Para a autora o trabalho afetivo não pode ser mensurado em quantidade, não é tangível e nem sempre tem materialidade, porque o que ele produz está ligado a energias, emoções e sentimentos. E não só em relações interpessoais, mas também com conexões com o ambiente ao redor. Dentro do ambiente familiar, o trabalho doméstico é quem organiza, media e é receptor de afetos. O trabalho doméstico observado como trabalho afetivo está o tempo inteiro imerso em um contexto social, da empregada com a família, da família com a família, da família com a sociedade, que pode causar ações e reações diversas.

Em relação as trabalhadoras domésticas e do cuidado, Gutiérrez-Rodríguez (2010) reflete sobre duas dimensões nas quais elas são inferiorizadas dentro da lógica do trabalho afetivo. A primeira delas é pensar que o trabalho destas mulheres não está ligado apenas a ações, como arrumar camas ou limpar banheiros, elas precisam demonstrar empatia e compaixão por aquela família e pelo lugar onde trabalham. Ao mesmo tempo em que sofrem com a humilhação, atribuída pela sociedade a este tipo de trabalho, mas precisam reprimir suas próprias emoções e não demonstrar que sentem nojo, raiva ou outras.

A outra dimensão que interfere no trabalho afetivo é o poder simbólico[21] da linguagem entre os empregadores e as empregadas. Como a autora aborda o emprego das migrantes sem documentos no trabalho do cuidado e doméstico, é possível observar ainda mais claramente a estrutura de poder, que é cultural, na comunicação e interação entre as duas partes, além dos

[21] Gutiérrez-Rodríguez (2010) utiliza a conceitualização de Pierre Bourdieu sobre poder simbólico, a qual diz que as relações de poder são negociadas em um nível simbólico e a linguagem é o principal *lócus* deste poder, transformando assim em um "sistema estruturado de diferenças sociais".

aspectos de gênero e raciais, que estão envoltos nesta situação. Dois exemplos do poder simbólico, retirados das entrevistas que Gutiérrez-Rodríguez (2010) realizou, são manifestados: o poder de nomear a trabalhadora, não somente de acordo com sua função, mas no sentido de inferiorizá-la como uma "serva", o que é parte do sistema de subordinação do gênero na sociedade; E a utilização da "diferença cultural" como forma de atribuir características pessoais a trabalhadora, com base no ponto de vista do(a) empregador(a) sobre a comunidade ou povo em que ela está inserida. Muitas vezes os empregadores esperam ter uma relação mais "amigável" com as empregadas, porém esquecem das desigualdades de poder geradas pelo próprio contrato de trabalho.

2.3. Cadeias globais de cuidado: feminização das migrações, formação de corredores migratórios entre Sul e Norte Global e o funcionamento do trabalho doméstico e do cuidado

O trabalho doméstico e do cuidado realizado antes pelas mulheres do Norte Global, que passaram a integrar o mercado de trabalho, ainda assim continuou a ser realizado. Hirata (2009) expõe a bipolaridade dos empregos femininos, quando nos países centrais, criou-se um polo de trabalho para mulheres de classe média e alta, as quais passaram a desempenhar funções executivas, são elas empresárias, intelectuais, a exemplo de professoras universitárias e pesquisadoras, e outras profissões de alto valor social, tais quais arquitetas, juízas e médicas. Enquanto as mulheres dos países periféricos, além dos empregos do setor primário e secundário, que foram expostos na primeira seção deste capítulo, ocuparam em seus países, segundo Hirata (2009) outros "trabalhos femininos", por exemplo, dentro da área da saúde (auxiliares de enfermagem), da educação básica (professoras primárias), do trabalho doméstico (empregadas domésticas e faxineiras), e do trabalho do cuidado (babás e cuidadoras de idosos). Assim, a partir da globalização tornou-se uma opção ao trabalho desvalorizado, mal remunerado, instável e socialmente desvalorizado, a migração das mulheres dos países do Sul Global para o Norte Global.

Para Hochschild (2016), é a partir da necessidade de um novo arranjo social, que inicia-se o movimento que ela chama de Cadeias Globais de Cuidado. Este pode ter diversas formatações, por exemplo, ser iniciado em um país pobre e terminado em um país rico, entre países pobres de um mesmo continente, ou entre áreas rurais e urbanas de um mesmo país

pobre. A questão central do que Arlie Hochschild (2008) chama de "fuga do cuidado[22]", é que as mulheres dos países pós-coloniais do Sul Global, que possuem empregos mal remunerados e subvalorizados ou até mesmo as que possuem algum tipo de qualificação, vão em busca de melhores oportunidades nos países de maior desenvolvimento econômico, e assim ocupam as atividades de empregadas domésticas, babás ou cuidadoras de idosos. Hirata (2005) acredita que esse movimento significa a mercantilização de uma "disponibilidade permanente" de mulheres e uma generalização de um padrão de relação que antes fazia parte da esfera privada, agora como trabalho remunerado. Além disso, Hirata (2005) retoma que dentro dessa área de atuação as competências não são vistas como profissionais, e sim como atributos naturais das mulheres, não sendo então reconhecidos e bem remunerados.

Carrasco Bengoa (2018) focaliza que os economistas neoliberais não tratam essa "globalização do cuidado" como parte do processo de globalização. O que existe é uma nova invisibilização do trabalho da mulher, doméstico e do cuidado, para que o "conflito" mundial seja ocultado. Não seria possível compreender como o Norte Global se reorganizou socialmente e no campo do trabalho, sem pontuar o papel das cadeias de cuidado. Essa transnacionalização do trabalho intensifica desigualdades entre as próprias mulheres, no Norte Global, no Sul Global e, principalmente, entre as duas regiões, especialmente quando questões de classe, étnicas e raciais são apontadas. Porém, a migração dessas mulheres acontece como uma estratégia de sobrevivência delas e de suas famílias. Federici (2019) reflete sobre o caráter autônomo que é dado a migração, isto para que seja difícil encará-la como mecanismo regulador do mercado de trabalho. A partir do momento que o movimento migratório é reproduzido por milhões de mulheres ao redor do mundo, às vezes até sem destino definido, fica claro que a reprodução da vida em seu país de origem não está sendo possível, ou não existem condições adequadas. Principalmente, se as migrantes são casadas e têm filhos é uma ruptura muito grande deixar sua família para trás, e é algo considerado incomum na história.

> As mulheres são, geralmente, as que ficam, não por falta de iniciativa ou por restrições tradicionais, mas porque são aquelas que foram feitas para se sentir mais responsáveis pela reprodução de sua família. São elas que têm que se certificar de que as crianças serão alimentadas — quando, muitas vezes, elas mesmas não têm o que comer — e que garantem que os idosos e os doentes receberão cuidados. Assim, quando centenas de milhares de mulheres deixam sua casa para enfrentar anos de humilhação e isolamento, vivendo com a angústia de não poder dar às pessoas que amam o mesmo cuidado que dão a estranhos em outras partes do mundo, sabemos que algo bastante dramático está acontecendo na organização da reprodução mundial (FEDERICI, 2019, p. 218).

[22] O conceito de "fuga do cuidado" é um paralelo ao de "fuga de cérebros". Em inglês *care drain* e *brain drain.* Em espanhol *drenaje de cerebros* e *drenaje del cuidado* (HOCHSCHILD, 2008, p. 271).

Amaia Pérez Orozco e Silvia López Gil (2011) descrevem que a *cadeia* se perfaz por um conjunto de elos entrelaçados por onde flui o cuidado, e a mulher que migra para trabalhar é o primeiro elo que forma a mesma. Existem três elos básicos: o domicílio empregador, o que transfere o cuidado para a migrante; a casa da migrante, que realiza o cuidado no país de destino e transfere o cuidado que não pode mais realizar no país de origem; e a casa de origem, que se refere as pessoas que dependiam do trabalho de cuidado que a migrante realizava e após a migração tem que o reorganizar. As autoras definem as mulheres migrantes como protagonistas da dupla transferência: assumir os cuidados no país de destino, que são remunerados, e delegar os cuidados no país de origem, que podem ser remunerados ou não, ao mesmo tempo. Pode-se observar que as configurações das cadeias são determinadas por relações de poder, de negociações e de estratégias.

Dentro das Cadeias Globais de Cuidado podem ser formados corredores migratórios fixos. Segundo Soto et al. (2016), os corredores migratórios são sistemas complexos que realizam a conexão de territórios após ser estabelecido um fluxo estável de pessoas que saem de um lugar a fim de se instalar temporariamente ou permanentemente em outro. Ao analisar fluxos migratórios entre a América Latina e a Europa, tanto Sul-Sul quanto Sul-Norte, Elaine Acosta González (2013) ressalta que o fenômeno da feminização da migração não se deu somente por problemas econômicos nos países de origem ou pela demanda de trabalhos nos países de destino, mas também como uma forma de oportunidade de desenvolvimento para as mulheres latino-americanas. Sendo assim, a autora afirma que há diferentes modelos de migração, desde os que são voltados para a família, apoio econômico e expectativa de reunificação familiar, até os que atendem expectativas individuais das mulheres, a fuga de uma situação de violência doméstica e a busca de desenvolvimento pessoal e liberdade. Outros fatores apontados para Soto et al. (2016) são: a proximidade territorial – o que faz com que a migração intrarregional seja maior que a extrarregional – porque a capacidade de mobilidade será maior e os custos serão reduzidos; as redes sociais construídas entre pessoas que migraram anteriormente, nas quais são passadas orientações e informações para familiares, amigos, vizinhos, etc.; e, por fim, o desempenho econômico do país para onde pretende-se migrar, a variação da moeda nacional e as ofertas no mercado laboral são variáveis importantes para a atração ou repulsão da mão-de-obra migrante.

Gutiérrez-Rodríguez (2010) constata que dentro da União Europeia ocorreu um aumento da busca por trabalhadoras domésticas e do cuidado após a incorporação das mulheres europeias no mercado de trabalho. Somado a isto, o envelhecimento populacional e a privatização de serviços de assistência para crianças e idosos, antes oferecidos pelos governos,

levaram as famílias privadas a serem responsáveis pela manutenção dos cuidados a estes grupos. Entre as opções encontradas, ou as mulheres europeias assumiam novamente esta responsabilidade, mas teriam um aumento na carga horária da jornada de trabalho, ou contratariam outras mulheres para realizar essas funções. Sendo assim, estes empregos foram ocupados em grande maioria por trabalhadoras migrantes sem documentos, que foram à Europa em busca de melhores condições de vida. A autora ressalta que essas mulheres passaram pela desvalorização completa ao assumir estes postos de trabalho, por não possuírem direitos trabalhistas, enfrentarem as políticas regulatórias de migração, além do preconceito de ocuparem funções feminizadas e racializadas.

> Justapondo as famílias privadas com a dinâmica das interdependências globais, a face local da divisão sexual e racializada do trabalho do sistema mundial moderno/colonial torna-se uma realidade tangível e imediata nas famílias privadas na Europa Ocidental. É neste sentido que os legados de uma ordem colonial, reativada através da segregação racial e de gênero no mercado de trabalho e políticas de migração desumanizantes, são sentidos em um nível individual e mobilizados em nossos encontros cotidianos (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2010, p. 3, tradução nossa).[23]

Para Hochschild (2016) há uma transferência de sentimentos dentro das Cadeias Globais de Cuidado, que as mulheres dos países do Sul Global deixam de fornecer aos seus próprios filhos e familiares para proporcionar a crianças e idosos cuidados por elas nos países do Norte Global. E este é um ciclo que se renova dentro da cadeia, pois "mulheres mais pobres criam filhos para mulheres mais ricas, enquanto mulheres ainda mais pobres – ou mais velhas ou mais rurais - criam seus filhos" (HOCHSCHILD, 2016, p. 255)[24]. Gutiérrez-Rodríguez (2010) alude aos processos históricos de colonização e as dinâmicas de hierarquização entre gênero e raças, expostas no primeiro capítulo através da teoria de María Lugones, para mostrar que as trabalhadoras migrantes estão expostas ao simbolismo da dominação. E por isso se sentem invisibilizadas e inúteis dentro das práticas hegemônicas as quais as separam para a categoria de ser o "outro". Adicionado a isto está a manutenção do trabalho doméstico entendido como um trabalho simples e banal, que é mantido fora da estrutura social para não lhe seja conferido reconhecimento e valor.

> Embora o status de outsider dos trabalhadores (i)migrantes resulte em parte das desigualdades permanentes herdadas da era colonial, sua condição periférica é

[23] No original: "Juxtaposing the private households with the dynamics of global interdependencies, the local face of the gendered and racialized division of work of the modern/colonial world system becomes a tangible and immediate reality in private households in Western Europe. It is in this regard that the legacies of a colonial order, reactivated through racial and gendered segregation in the labor market and dehumanizing migration policies, are felt on an individual level and mobilized in our everyday encounters" (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2010, p. 3).
[24] No original: "Poorer women raise children for wealthier women while still poorer — or older or more rural — women raise their children" (HOCHSCHILD, 2016, p. 255).

> reproduzida por meio de políticas de migração, estratégias de negócios, relações de gênero, estigmatização, racialização e outras visões e concepções dominantes (ARAÚJO, 2010, p.180, tradução nossa)[25].

Enloe (2014) desenvolve sobre a questão da violência que pode estar presente na vida das migrantes que realizam o trabalho doméstico. Pois, muitas destas mulheres são enganadas por atravessadores, empregadores, ou podem até mesmo serem traficadas[26] e viverem sob regime de escravidão contemporânea, após contraírem supostas dívidas pela viagem e/ou pela acomodação e refeição, terem seus passaportes apreendidos, ficarem em cárcere privado e sofrerem outras privações e abusos violentos. Além disso, a autora expõe o quanto os governos disputam as trabalhadoras domésticas, e criam um regime dual mantido pelos Estados que enviam e pelos que recebem as migrantes. No caso dos países receptores, considera-se as necessidades econômicas que já foram expostas durante o trabalho, por isso, eles investem no fluxo migratório ao mesmo tempo em que não melhoram as regulamentações e direitos para essas trabalhadoras. Já os países que enviam, não pressionam tanto para que suas/seus cidadãs/cidadãos tenham direitos em países estrangeiros, porque eles estão mais preocupados em manter o fluxo das remessas de moeda estrangeira que são enviadas pelas pessoas migrantes às suas famílias, o que movimenta a economia nacional. "Juntos, esses conjuntos diferentes de necessidades e aspirações podem criar uma dependência bilateral entre os Estados que exportam e importam trabalhadoras domésticas; mas também podem prejudicar as relações políticas entre o país que envia e o país que recebe" (ENLOE, 2014, p. 320, tradução nossa)[27]. Para o caso dos países periféricos em relação aos países centrais é mais difícil que estas relações sejam prejudicadas, devido à forte dependência econômica entre estes. Então, como alguma forma de esperança pode-se contar com o que Enloe (2014) descreve como alianças transnacionais construídas entre as trabalhadoras domésticas, que tornaram-se ativistas políticas da causa e exigem o cumprimento e a ampliação dos direitos trabalhistas, direitos das mulheres e direitos humanos.

---

[25] No original: "Although the outsider status of (im)migrant workers in part results from permanent inequalities inherited from the colonial era, their peripheral condition is reproduced through migration policies, business strategies, gender relations, stigmatization, racialization, and other dominant visions and de-visions" (ARAÚJO, 2010, p. 180).

[26] Enloe (2014) explica que "ser traficado é ser levado através das fronteiras internas, regionais ou internacionais contra a própria vontade ou sob falsos pretextos, então ser obrigado a trabalhar por pouco ou nenhum pagamento, ser privado de toda autonomia física e ser proibido de deixar o trabalho" (ENLOE, 2014, p. 325-326, tradução nossa). No original, "To be trafficked is to be brought across either internal regional or international borders against one's will or under false pretences, then compelled to work for little or no pay, to be deprived of all physical autonomy, and to be forbidden to leave the job" (ENLOE, 2014, p. 325-326).

[27] No original: "Together, these differing sets of needs and aspirations can build a bilateral dependency between states that export and import women domestic workers; but they also can put a strain on the political relationships between the sending country and the receiving country" (ENLOE, 2014, p. 320).

Gutiérrez-Rodríguez (2010) evidencia que o trabalho doméstico é relacionado por três níveis, os quais o torna um "trabalho simples" ou "trabalho não qualificado", por remeter a traços da colonialidade, escravidão e servidão. O primeiro é a falta de proteção fornecida pelo Estado; O segundo é a desvalorização pela sociedade; E o terceiro é que a força de trabalho disponível é atribuída como inferior. Desta forma é construído uma espécie de código hierárquico do trabalho e das trabalhadoras, baseado na feminização e na racialização. ""Feminilidade" e "racialidade" funcionam aqui como significantes de inferioridade, expressa, atribuída e negociada nas famílias privadas, particularmente quando uma mulher "migrante (sem documentos)" está empregada" (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2010, p. 110, tradução nossa)[28].

Enloe (2014) corrobora com este argumento ao destrinchar a pirâmide hierárquica do trabalho doméstico, formada de acordo com a autonomia e respeitabilidade entre as modalidades e profissionais deste campo, nos Estados Unidos e em países da Europa. No topo da pirâmide estão as chamadas babás profissionais, que geralmente são brancas, mesmo que sejam estrangeiras, possuem apoio organizacional e qualificação formal para o emprego. Em seguida, ainda em nível alto, estão as *au pairs*, que são jovens estrangeiras, também geralmente brancas, as quais possuem vistos de trabalho temporário, mas provavelmente estão em uma viagem para aprender o idioma local e/ou conhecer o país, elas podem receber o tratamento de "filhas" pelas famílias que as empregam, segundo a autora. Abaixo desse, que é considerado o topo, estão as cuidadoras de idosos, as quais devem possuir habilidades e força física para cuidar da higiene, alimentação, movimentação e outras necessidades de uma pessoa debilitada ou com alguma deficiência. No caso das cuidadoras de idosos, elas podem ter sua autonomia limitada, caso trabalhem em regime de plantão de 24 horas por dia e morem na casa de seu empregador, porém se trabalharem em regime de equipe e alternarem horários, elas possuem uma maior independência. Para Enloe (2014) a demanda emocional exigida destas cuidadoras pode ser bastante intensa, e cada vez mais migrantes estão sendo contratadas para esta função, tanto para auxílio domiciliar, quanto em casas de repouso dos EUA e da Europa.

Abaixo na pirâmide, Enloe (2014) lista as mulheres contratadas como empregadas domésticas, que possuem como função diária fazer a limpeza da residência e cuidar dos filhos da família. Porém elas não são consideradas profissionais pelos empregadores ou pelo Estado, ainda que possuam experiência e habilidade para exercer esse trabalho. Além disso, por serem,

[28] No original: "Femininity" and "raciality" work here as signifiers of inferiority, expressed, assigned and negotiated in the private households, particularly when an "(undocumented) migrant" woman is employed" (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2010, p. 110).

geralmente, mulheres de grupos étnicos e/ou raciais menos privilegiados na sociedade, elas estão mais vulneráveis a sofrer violências, como assédio sexual ou moral, a serem exploradas economicamente, e até mesmo a serem deportadas. Essas empregadas não moram nas casas dos patrões, o que pode ser uma vantagem para cuidar dos próprios filhos, caso tenham, e para ter algum tipo de autonomia e independência. Já as que moram no local de trabalho, estão na base da pirâmide. Elas além de sofrer as mesmas vulnerabilidades supracitadas, também podem ser isoladas da sua comunidade nacional ou grupo étnico e de outras empregadas domésticas. É comum que estes sejam empregos temporários, assumidos por migrantes que deixaram suas famílias em busca de conseguir dinheiro para mantê-los. Então, são as trabalhadoras que dependem mais dos empregadores, pela moradia e alimentação, e que devem estar disponíveis no trabalho 24 horas por dia. Um outro grupo, mais recente, que também está localizado na base da pirâmide é o das faxineiras. Elas podem ser trabalhadoras terceirizadas de alguma empresa, por isso não existe relação direta de empregada-empregador(a), e vão realizar o trabalho por menos dias e com um intervalo maior entre eles. Enloe (2014) resume alguns dos desafios enfrentados por esses seis grupos de trabalhadoras:

> A maioria não recebe um salário-mínimo. Muitas são imigrantes recentes e enfrentam um labirinto de regras de imigração que podem confundir até as mulheres com confiança e educação formal. A maioria dessas trabalhadoras domésticas pertence a um grupo racial, étnico ou nacional diferente do de seus empregadores. Trabalhar na casa de outra pessoa levanta para todas essas mulheres questões comuns de invisibilidade política, intimidade e possível assédio. Todos os seis grupos de mulheres são comumente tratados como menos do que "trabalhadoras sérias" pela maioria dos homens que lideram sindicatos, ministérios do trabalho, legislaturas e agências internacionais. Por fim, todos os seis grupos de mulheres têm maior probabilidade do que a maioria dos trabalhadores de ter outras mulheres mais privilegiadas como empregadoras (ENLOE, 2014, p. 327, tradução nossa)[29].

Gutiérrez-Rodríguez (2010) chama atenção para o contexto da hierarquização e racialização em relação as trabalhadoras migrantes latino-americanas dentro da União Europeia, no qual muitas são negras, ou seja, já estão inseridas na lógica racista da sociedade, mas com outras que vivenciam pela primeira vez serem categorizadas como "latinas", sendo que em seus países de origem eram consideradas parte da classe média branca. Ainda que algumas migrantes tenham ascendência europeia branca, elas são racializadas a partir do *status* de regularização da migração, se forem "migrantes sem documentos", "requerentes de asilo",

[29] No original: Most are not paid a living wage. Many are recent immigrants and face a labyrinth of immigration rules that can bewilder even women with confidence and a formal education. Most of these domestic workers are of a different racial, ethnic, or nationality group than their employers. Working in someone else's home raises for all of these women common issues of political invisibility, intimacy, and possible harassment. All six groups of women are commonly treated as less than "serious workers" by most men who lead trade unions, labor ministries, legislatures, and international agencies. Finally, all six groups of women are more likely than most workers to have other, more privileged, women as their employers (ENLOE, 2014, p. 327).

"refugiadas", sofreram mais desvalorização do trabalho pela sociedade. A imputação de características étnicas as trabalhadoras, por parte dos empregadores e da própria sociedade europeia, é vista como um *déjà vu* colonial, nas palavras da autora. Até mesmo características genéticas são atribuídas as empregadas domésticas, como uma forma de naturalizar a inferiorização delas. A autora afirma que ao utilizar a categoria cientifica da genética, muitas pessoas tentam normalizar o sistema de classificação social racista, com o uso de novos termos, mas com o mesmo objetivo de aludir que, além do trabalho doméstico ser natural das mulheres, mulheres negras e de cor possuem este tipo de trabalho como destino, pois são "geneticamente" sintonizadas com ele.

Quando as famílias apresentam-se como antirracistas, geralmente famílias liberais, que vivem em áreas urbanas, e são de classe média, Gutiérrez-Rodríguez (2010) percebe que seus discursos encaixam na lógica do politicamente correto e são aplicadas formas mais sutis de rebaixar as trabalhadoras. As hierarquias são negociadas na arena da diferença cultural, não são percebidos conflitos de interesses na relação trabalho, mas sim problemas de comunicação cultural. No caso das migrantes que possuem diplomas universitários, experiências educacionais ou em outras áreas de trabalho, quando chegam na Europa tudo isso é considerado insuficiente para que sigam suas carreiras e o mercado de trabalho é restrito a elas. Por isso, os empregos disponíveis estão no mesmo setor de serviços, trabalho doméstico e do cuidado. Em geral, a autora percebe que as mulheres migrantes são direcionadas para o "trabalho não qualificado", o que para ela é mais uma atualização da colonialidade. É um sistema social e institucional que funciona com a classificação de pessoas privilegiadas e subordinadas. Neste os privilegiados são os cidadãos nacionais e os subordinados são "os outros", os que causam estranhamento a nação, que devem ser selecionados, examinados, vigiados, controlados e somente depois integrados pelo Estado e pela sociedade.

3. O CORREDOR MIGRATÓRIO EQUADOR-ESPANHA

O objetivo deste capítulo é utilizar da migração equatoriana, também conhecida como diáspora equatoriana, do fim do século XX até os primeiros anos do século XXI, entre 1995 até 2007, como um modelo exemplificativo do que foi discutido nos capítulos anteriores. Relacionar a feminização da migração equatoriana com as dinâmicas coloniais, racistas e sexistas do trabalho doméstico e do cuidado, impostas pelo sistema capitalista e patriarcal, é importante para dar um primeiro passo no sentido de entender a subvalorização de várias mulheres de diferentes partes do mundo, que passaram por condições semelhantes, apesar da relevância delas para a manutenção do funcionamento econômico global. Inicialmente, é preciso fazer uma breve exposição da história do Equador, para conectar aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do país, a fim de que seja possível entender o porquê da intensidade desse movimento de saída por boa parte seus cidadãos nacionais. Em seguida, também ocorrerá uma exposição do destino da migração ser a Espanha, principalmente, devido ao passado colonial e a demanda que o país apresentou em relação a esse tipo de trabalho. No segundo tópico do capítulo, pretende-se abordar as principais causas e consequências para os dois países, sobretudo para o Equador, em relação as famílias transnacionais e ao envio de remessas. Por fim, no último tópico deste capítulo, será feito um apanhado geral da migração equatoriana após a crise global do capitalismo de 2008, e sobre características do movimento de retorno, da Espanha para o Equador.

3.1. As relações entre o Equador e a Espanha: da colonização à migração

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2009) fala sobre o nome dado ao território, em oposição ao termo América, pelos povos originários, *Abya Yala*, que significa "*Terra Madura, Terra Viva ou Terra em florescimento*" (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26). Mesmo que tenha sido utilizado desde séculos passados, atualmente utilizar *Abya Yala* significa um sentimento de unidade e pertencimento entre os povos originários. Esta ideia ocorre a partir de um momento de imposição política de povos de diferentes territórios e nacionalidades, que se viram isolados desde a invasão europeia ao continente, a partir de 1492. Outra autodesignação feita por esses povos é a de utilizar povos originários e não mais povos indígenas. Porque, como explica o autor, existia no continente uma população entre 57 e 90 milhões de habitantes estimados de diversas tribos, e os colonizadores utilizaram a mesma designação feita para a Índia, a terra que eles buscavam chegar. Isto é visto como uma grande violência, pois unificava todos os povos

no sentido de serem explorados, humilhados, além de terem suas terras devastadas, principalmente, pelos espanhóis.

Porto-Gonçalves (2009) explica sobre a nomenclatura América Latina, que é colocada em oposição a América Anglo-saxônica, porém que ainda assim é uma América que se entende europeia (latina), e causou o silenciamento dos grupos sociais e de algumas nações que estão afastadas da latinidade, apesar de todas terem sofrido com a tradição eurocêntrica e as imposições imperiais. Quando os povos originários adotam essas nomenclaturas, acabam por excluir grupos de afrodescendentes em alguns países. Catherine Walsh (2019) estuda a ideologia da mestiçagem e do branqueamento que os países andinos[30], Equador e Bolívia, sofreram e os novos movimentos interculturais que estão em construção. Contudo, Porto-Gonçalves (2009), concorda com a classificação de Aníbal Quijano, que é a partir do encontro entre colonizador e colonizado que surgem as raças, o índio e o negro, e a classificação social racializada.

Alberto Acosta (2006) desenvolve que durante a fase colonial, no século XVIII, houve algumas dificuldades em relação as atividades *obrajera*[31], baseada no trabalho indígena, e nas atividades mineiras para a exportação de metais preciosos do Equador para a Europa. Somado a isto, o conflito napoleônico na Europa, colocou a Espanha em uma posição debilitada, que piorou com a disputa econômica com a Grã-Bretanha, a qual estava em grande fase de crescimento comercial. Desta forma, as elites locais, os grupos de proprietários de terra, chamados *criollos*, tiraram o poder dos administradores da metrópole e se consolidaram como poder político através dos seus latifúndios e da força de trabalho dos povos originários. Assim, eles se organizaram e estruturaram um movimento de independência, o qual não contou com os povos originários, pois estes, apesar de terem sido protagonistas de lutas, protestos e rebeliões, sabiam que não seriam beneficiados com esse movimento.

Pedro Bocca, Fátima Mello e Gonzalo Berrón (2016) afirmam que o Equador é um dos países da América Latina que mais teve presente na sua história pós-libertação colonial a instabilidade política. Já que mesmo quando se tornou independente da coroa espanhola, o país se estruturou com a mesma base das relações coloniais. A economia ficou centrada na exportação da produção nos latifúndios, não investiram na produção industrial ou em economia alternativa. No campo político e social, a exclusão das populações originárias e negras foi

[30] Os países da América Andina são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.
[31] Rafael Correa (2015) explica que *obrajera* é uma atividade de pequena indústria têxtil. Além disso, no período colonial a exploração indígena também se dava por *mita*, trabalho compulsório imposto pelos colonizadores aos indígenas e as e*ncomiendas*, que eram as cobranças compulsórias de tributos às colônias do continente.

mantida e a elite branca que deteve o poder. Dentro desta elite branca, existiram disputas oligárquicas, entre conservadores e liberais, que acentuaram por quase um século a instabilidade, os problemas sociais e o caos político. Segundo os autores e a autora, a tentativa de constituir o Estado democrático foi interrompida por golpes militares, trocas de governos e alteração de regime político vigente. Desta maneira, chama atenção o fato de que entre 1830 e 1998 o Equador teve dezenove constituições.

Rafael Correa (2015) relata que após a independência, a entrada no comércio internacional foi baseada pela exportação do cacau, desde o fim do século XIX até a segunda parte do século XX, o que chegou a corresponder a 80% do total de exportações do Equador. A partir da década de 1920, as pragas foram um empecilho à produção nacional. Em 1940, o preço do cacau despencou no mercado internacional, então este passou a representar somente 20% das exportações. No início dos anos 1950, em paralelo com o exposto por Cynthia Enloe (2014) no capítulo dois deste trabalho, o autor afirma que o novo produto de exportação do Equador tornou-se a banana, com o apoio do governo nacional e com a presença das companhias estrangeiras no país. Diferente da produção do cacau, feita em grandes fazendas e com produtores independentes, a produção de banana foi financiada pelo capital dos EUA, em pequenas e médias plantações e com trabalhadores assalariados. Assim, foram estabelecidas as relações capitalistas modernas nas regiões de campo.

A exportação de bananas gerou um excedente econômico, que permitiu que o Equador iniciasse a Industrialização Substitutiva de Importações (ISI)[32], como explica Correa (2015), foram lançados os "Plano de desenvolvimento econômico e social para o período de 1964-1973" e "Plano nacional de transformação e de desenvolvimento 1973-1977". Ambos os planos dependiam de o Estado sancionar uma lei para desenvolver a indústria e fomentá-la, ter estabelecido tarifas de importação, políticas tributárias, financiar o setor industrial e a infraestrutura necessária, além de buscar recursos da natureza e a qualificação dos trabalhadores. Em 1972, descobriram petróleo em poços na região da Amazônia equatoriana e o país tornou-se produtor e exportador do produto. O *boom* petroleiro fez com que o país crescesse, o PIB aumentasse, a população migrasse das áreas rurais para urbanas. Contudo, o setor de manufaturas, o qual era o principal empregador da população, entre 1974 e 1982, passou por uma queda de crescimento, o que gerou desemprego e a formação de subempregos. Sendo assim, no mesmo momento em que a economia do Equador estava mais dinâmica e

[32] Segundo Rafael Correa (2015) a ISI foi impulsionada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, que adveio da escola estruturalista de economia, e uma interpretação da "teoria modernizadora" por toda a América Latina, que relaciona o desenvolvimento à industrialização.

gerava muita riqueza, surgiram novas formas de pobreza e ocorreu o crescimento do setor informal da economia (CORREA, 2015).

A indústria requeria muitas importações, por isso tanto o setor petroleiro quanto o exportador de produtos primários precisavam transferir recursos para esta área. O desequilíbrio entre o setor exportador industrial, não petroleiro, tornou a ISI equatoriana voltada para bens de capital, enquanto importava bens intermediários. Isto ocasionou um déficit na balança comercial e industrial, além de não gerar empregos. As importações passaram da cifra de 181 milhões para 1,32 bilhão, durante o período que deveria ser de substituição de importações. No setor petroleiro, as exportações foram bem durante dez anos, o que converteu a moeda equatoriana em uma das mais fortes globalmente e facilitou bastante o crédito nas principais instituições financeiras do mundo. A partir dos anos 1970, o Equador e tantos outros países da América Latina se endividaram externamente. O endividamento público, segundo Correa (2015), saltou de 229 milhões de dólares, em 1970, para 4,42 bilhões, no ano de 1981. Já o setor privado aumentou a dívida de 57 milhões de dólares para 1,45 bilhão, durante os mesmos anos (CORREA, 2015).

Correa (2015) recorda que quando o México declarou que não pagaria mais sua dívida externa em 1982, toda a América Latina sofreu com cortes de créditos internacionais e aumento das taxas de juros. O Federal Reserve (FED) dos EUA, aumentaram as taxas que deveriam ser entre 4% e 6% para 20%. Adicionado a este problema, o preço do barril de petróleo foi despencando durante a década de 1980, até chegar a custar em média 15 dólares, em 1986. Nos anos 1990, a crise se intensificou, o salário-mínimo não teve crescimento real, o desemprego foi além da não incorporação dos jovens e de grupos que estavam à margem, mas também atingiu os chefes de famílias. O neoliberalismo começou a ser imposto aos países da América Latina pelo chamado Consenso de Washington[33], no fim da década de 1980, que utilizava como justificativa a excessiva intervenção estatal na economia, a distância dos mercados internacionais, e a ausência do sistema de preços livres.

A crise não era só econômica, mas também política. Velasco *et al*. (2020) relata que entre 1991 e 2001 o Equador teve dez presidentes, praticamente um por ano, e dois deles foram destituídos. Correa (2015) descreve toda a década de 1990, durante a qual imperaram as privatizações e o enfraquecimento do setor público. Diversos setores foram privatizados,

[33] O Consenso de Washington para Acosta (2006) "Essa receita recolhe as medidas ortodoxas do FMI, do Banco Mundial e dos outros organismos multilaterais de crédito (BID, etc.), assim como a posição do governo norte-americano e dos conglomerados transnacionais de maior influência mundial, sobretudo os norte-americanos" (ACOSTA, 2006, p. 149).

inclusive o petrolífero, elétrico e das telecomunicações. O Equador saiu da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1992 e ingressou como membro pleno da OMC em 1996. A Constituição de 1998 implementou vários fundamentos do neoliberalismo, privatizou serviços públicos, desregulamentou o investimento estrangeiro e estabeleceu a autonomia do Banco Central (CORREA, 2015). Nos anos 2000, o Equador eliminou sua moeda nacional. "A dolarização talvez seja uma das manifestações mais radicais dessa "colonialidade", pois se trata de adotar uma moeda estrangeira, o dólar, renunciando à moeda nacional [...]" (ACOSTA, 2006, p. 27).

Correa (2015) afirma que a classe trabalhadora foi a maior vítima do neoliberalismo. As demissões foram facilitadas, não existia seguro-desemprego, a exploração dos trabalhadores foi legalizada e aumentou a terceirização laboral. No início dos anos 1990, a desigualdade social cresceu de forma estrutural, a crise foi repassada para os mais pobres através de mecanismos sociais e econômicos. Em virtude dos fracassos econômicos e sociais do neoliberalismo, o fenômeno da migração ganhou ainda mais força na segunda metade da década de 90.

> A emigração serviu de válvula de escape para problemas sociais que de outra forma seriam insustentáveis, e as remessas de emigrantes, que passaram de 201 milhões de dólares em 1993 a 2,45 bilhões de dólares em 1995 – cifra maior que a média das exportações petroleiras dos anos 1990 –, evitaram o colapso da economia e da dolarização equatorianas (CORREA, 2015, p. 52-53).

> [...] a emigração constitui uma intolerável tragédia nacional e o mais fiel reflexo do fracasso econômico e social do país, tragédia que produziu uma desestruturação familiar e geral sem precedentes, com incalculáveis impactos negativos quanto ao bem-estar. Em cantões de alta emigração, como Chunchi, província de Chimborazo, pesquisas feitas pelas autoridades locais e divulgadas em 2009 estabeleceram que 60% dos pais de família estavam no exterior, 40% dos menores de dezoito anos consumiam álcool e cigarro, a idade média em que se iniciava o consumo de álcool é aos treze anos, e o suicídio juvenil, fenômeno que antes era quase inexistente no país, teve como resultado dezenove mortes em 2005, em um cantão de apenas 12 mil habitantes (CHUNCHI, 2009 *apud* Correa, 2015, p. 53).

Neste contexto da dolarização da economia, do aumento da pobreza e da desigualdade, iniciou-se êxodo de jovens entre 21 e 30 anos de idade, com predominância da migração das mulheres, entre os anos de 1999 e 2007, que contabilizou, em dados globais, aproximadamente 954.000 equatorianos que saíram do país em direção aos Estados Unidos, a Itália e a Espanha, sendo 7% da população total e 14% da população economicamente ativa do país (UNFPA-FLACSO, 2008). René Unda e Sara Victoria Alvarado (2012) destacam a feminização da migração equatoriana, após a segunda metade dos anos 1990, no que chamam de *boom* migratório Quito-Madrid, devido à alta demanda laboral de serviços domésticos e de cuidados com crianças e idosos na Espanha, especialmente em Madrid, e à crise econômica e política pela qual o Equador passava. Esse fluxo intenso de migração produziu transformações nas

relações entre os membros da família, principalmente no vínculo conjugal e materno, ao colocar as mulheres migrantes em um local de poder de decisão dentro da esfera familiar e de autonomia econômica. Além disso, pela quantidade de mulheres que migraram na época transformou-se também a realidade local, socialmente e economicamente, dos dois países.

Sandra Gil Araújo e Tania González (2011) adicionam aos fatores estruturais que tornaram a Espanha um país receptor de migrantes, o envelhecimento da população espanhola e a queda da taxa de natalidade, a participação feminina das mulheres espanholas no mercado de trabalho e o aumento da qualificação profissional, a nova organização familiar e a gestão do tempo dentro dela, a diminuição do apoio do Estado a questões familiares e em prover serviços, a desigualdade entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo e a criação de uma política migratória para suprir essas novas necessidades. Além das características do mercado de trabalho já descritas, Sandra Gil Araújo (2010) aponta que a inserção da Espanha na União Europeia também foi um fator de atração de migrantes. A autora analisa a migração latino-americana para a Espanha sobre a ótica da teoria decolonial, e expõe a criação de uma nova forma de colonialidade de poder entre os empregadores espanhóis e os empregados latino-americanos. Esta nova colonialidade de poder é chancelada pelo Estado, a partir do momento em que ele cria a identidade nacional, uma forma de distinguir os indivíduos que habitam em seu território, quem pertence e quem não.

Para Araújo (2010) as classificações dos indivíduos que são baseadas em afinidade étnica, invés de seguirem critérios objetivos que abarcasse todos os povos migrantes, são produtos e instrumentos da colonialidade do poder, utilizados pelo Estado como definidor de nacionais e não-nacionais e têm o objetivo de privilegiar indivíduos e populações de acordo com as origens raciais e étnicas. A autora evidencia que a migração em direção a Espanha não partiu somente dos países pós-coloniais, muitos migrantes que chegaram ao país vinham de outros países da Europa e do mundo, eles eram convidados para trabalhar em diversos setores da economia formal, ou até mesmo eram espanhóis que estavam estabelecidos no Norte da Europa ou na América Latina e retornaram. No entanto, a migração e os estudos sobre ela focalizaram em uma determinada população de homens e mulheres pobres vindos de países pobres. Segundo Araújo (2010) poucos estudos acadêmicos abordaram está outra migração intra e extracontinental e contribuíram para que somente a migração advinda do "Sul" fosse vista como problemática.

Duas questões aparecem em relação a esta afinidade étnica e cultural. Os migrantes latino-americanos foram privilegiados em relação aos árabes, por exemplo, devido a aspectos tradicionais da sociedade e religiosos. Ao mesmo tempo, não eram todos os latino-americanos,

ex-colonizados, que eram preferidos para serem inseridos na sociedade espanhola. Araújo (2010) baseada no estudo de caso desenvolvido por David Cook e Anahi Viladrich, de 2009, afirma que certas localidades buscavam a inserção de descendentes de espanhóis que viviam na Argentina e no Uruguai. Estes migrantes tiveram suas expectativas frustradas em relação ao mercado de trabalho, uma vez que queriam os mesmos empregos dos cidadãos nacionais, e eram vistos como arrogantes e irrealistas (ARAÚJO, 2010).

Claudia Pedone e Sandra Gil Araújo (2008) explicam que os países europeus formularam políticas de integração social em conformidade com os novos regimes de controle migratório, para utilizá-las como instrumento de seleção e restrição de migrantes. Isso ocorreu principalmente, a fim de conter as reunificações familiares, que consiste no reagrupamento familiar após a migração anterior de um membro da família, geralmente a mãe ou o pai. As autoras destacam que como "antessala" para a entrada da Espanha na então Comunidade Econômica Europeia, ocorrida em 1986, foi preciso em 1985 sancionar a primeira lei de migração do país, a *Ley Organica de Estrangería 7/1985*. A partir disso, os formuladores de políticas públicas começaram a problematizar a migração e aplicar medidas de seleção sobre aqueles indivíduos migrantes de fora da União Europeia, chamados de imigrantes não-comunitários, principalmente os de origem de países periféricos.

> Em 1998, diversos partidos políticos apresentaram uma proposta de uma nova lei de imigração que foi aprovada em dezembro de 1999. A nova Lei Orgânica 4/2000 sobre os direitos e liberdades dos estrangeiros na Espanha e sua integração social entrou em vigor em fevereiro de 2000. Apoiado pela absoluta maioria obtida nas eleições estaduais de março de 2000, o Governo do Partido Popular promulgou uma Contrarreforma: Lei 8/2000 aprovada em dezembro de 2000, com voto contrário da maioria dos partidos da oposição e críticas de diversos setores sociais. Este regulamento foi alterado em novembro de 2003, dando origem à Lei Orgânica 14/2003, em vigor até agora (PEDONE; ARAÚJO, 2008, p. 148, tradução nossa)[34].

Gutiérrez-Rodríguez (2010) realça que a Espanha chamou a atenção de pesquisadores da área das migrações, devido ao grande número de migrantes da América Latina e do Caribe. Inclusive, é um dos países em que mais há estudos categorizados por nacionalidades. Ou seja, mostra que existem redes organizadas entre os migrantes de uma mesma nacionalidade dentro do país. Todavia, a maioria dessas pesquisas possuem apenas dados da migração documentada, daqueles que tem residência regular. Antes da primeira Lei do Estrangeiro de 1985, as pessoas

[34] No original: "En 1998 diferentes partidos políticos presentaron una propuesta para una nueva ley de inmigración que fue aprobada en diciembre de 1999. La nueva Ley Orgánica 4/2000 sobre los derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social entró en vigencia en febrero del 2000. Respaldado por la mayoría absoluta conseguida en las elecciones estatales de marzo del 2000, el Gobierno del Partido Popular promulgó una Contrarreforma: la Ley 8/2000 aprobada en diciembre del 2000, con el voto en contra de la mayoría de los partidos de oposición y la crítica de distintos sectores sociales. Esta normativa fue modificada en noviembre del 2003, dando origen a la Ley Orgánica 14/2003, vigente hasta el momento" (PEDONE; ARAÚJO, 2008, p. 148).

nascidas na América Latina e nos países caribenhos que falam espanhol podiam migrar para a Espanha sem visto (GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2010). Araújo (2010) acrescenta que as mudanças de leis de naturalização estenderam direitos aos descendentes diretos de espanhóis nascidos em outros países. Foi facilitada a concessão de nacionalidade para netos de espanhóis nascidos nas ex-colônias (exceto em Marrocos), no Brasil, em Portugal, nas Filipinas e na República da Guiné Equatorial, estes precisam de dois anos de residência para se naturalizar e os demais migrantes precisam de dez anos. A autora finaliza com a problemática a qual expressa que as bases de pertencimento a nação espanhola estão firmadas na religião, na língua e na política do *ius sanguis*. Assim, a categoria jurídica da migração é uma categoria racial e social, pois privilegia migrantes considerados "espanhóis de segunda geração" ou "emigrante regressado", os quais são inseridos com a obtenção dos mesmos direitos dos nacionais, inclusive o direito ao voto.

> Narrativas da proximidade cultural dos imigrantes latino-americanos evocam um território e uma população colonizados, Castelhanizados e evangelizados pelo império espanhol. Ao mesmo tempo, eles ignoram a diversidade de populações, histórias, geografias, trajetórias, línguas, modos de vida, cosmovisões, racialização, genocídios, derrotas e vitórias que habitam o território latino-americano. O que emerge do discurso da *cultura comum* são visões homogeneizantes que colonizam a pluralidade de posicionamentos à disposição dos migrantes da periferia, expropriando sua capacidade de ação histórica e política (ARAÚJO, 2010, p. 193, tradução nossa)[35].

3.2. O impacto sobre a organização socioeconômica dos países: as famílias transnacionais e os envios de remessas

Belén Fernández Suárez e Antía Pérez Caramés (2017) caracterizam dois momentos da migração equatoriana: o primeiro deles é a migração durante os anos 1970 até meados de 1990, com destino aos Estados Unidos, na região de Nova York, de fluxo masculino e rural. E o segundo é a partir da metade da década de 1990, com destino à Europa, principalmente à Espanha, de maior fluxo feminino e de classe média. A alternativa da primeira migração para a à segunda se dá pelo maior controle estadunidense das fronteiras e dos fluxos migratórios e as facilidades que eram oferecidas pela Espanha, por exemplo, menor custo de viagem, maior segurança, e antes da necessidade do visto eram maiores as oportunidades de viajar de volta para o Equador para fazer visitas. As autoras utilizam um estudo, feito em 2006, pela

[35] No original: "Narratives of the cultural proximity of Latin American immigrants evoke a colonized territory and population, Castilianicized, and evangelized by the Spanish imperium. At the same time, they ignore the diversity of populations, histories, geographies, trajectories, languages, ways of life, cosmovisions, racialization, genocides, defeats, and victories that inhabit Latin American territory. What emerges out of the discourse of *common culture* are homogenizing visions which colonize the plurality of positionings available to migrants from the periphery, expropriating their capacity for historical and political action" (ARAÚJO, 2010, p. 193).

Universidade da Coruña (UDC)[36] sobre a evolução do fluxo migratório do Equador para a Espanha. Elas descrevem que o fluxo foi iniciado com números baixos, em 1994 existiam cerca de 100 entradas de equatorianos na Espanha, em 1999 chegou a ser 9 mil entradas. Já a partir dos anos 2000 esses números se intensificaram muito, foram contabilizados 91 mil equatorianos, e em 2003, 72 mil entradas. 2003 foi o último ano em que o visto não era exigido, por isso os próximos anos, de 2004 a 2009, ocorreu uma defasagem nos números, inicialmente apenas 12 mil equatorianos, o aumento foi gradual em 2006, 2007 e 2008, quando chegou a 24 mil entradas. Após está etapa, as autoras dizem que devido a crise econômica global pela qual a Espanha foi muito atingida, o desemprego afetou principalmente a população estrangeira (UDC, 2006 *apud* SUÁREZ, CARÁMES, 2017).

Suárez e Caramés (2017) apresentam que dos anos 2000 até 2009, a regularização dos equatorianos na Espanha passou de 30 mil pessoas para 440 mil. Por isso, a situação de entrada irregular tornou-se insignificante na pesquisa, já que 99,5% dos equatorianos alcançaram a regularização na Espanha, rapidamente puderam fazer a reunificação familiar e serem acolhidos na sociedade. Ainda nessa pesquisa, foram perguntadas as principais razões para a migração acontecer, elas foram: que 37% alegaram a diferença econômica, e os salários maiores na Espanha; 25% estavam desempregados no Equador e foram em busca de emprego; 18% foram em busca da reunificação familiar; 9% responderam outras questões; 5% em busca de estudos; 3% para ter mais liberdade pessoal. Em relação a predominância por sexo na migração, entre 1955 e 1999 as mulheres representavam 55%; entre 2000 e 2003, 54%, já entre 2004 e 2006, os homens saltaram para 64%, o que as autoras acreditam ser reflexo da reunificação familiar. Já o estado civil, entre os mesmos períodos, era representado por, respectivamente, 49% com relacionamentos e 46% solteiros; 50% com relacionamentos e 47% solteiros; e 22% com relacionamentos e 78% solteiros. Neste último período, as autoras acreditam que mais pessoas solteiras chegaram devido também a reunificação familiar, por serem de uma geração mais jovem e ainda não terem parceiros estáveis, ou por estarem em projetos individuais (UDC, 2006 *apud* SUÁREZ, CARÁMES, 2017).

Claudia Pedone (2006) afirma que foi a partir da feminização da migração, a partir de meados dos anos 1990, que ocorreu um rearranjo das relações de gênero e geracionais dentro do Equador. Isto porque, por ser um país colonizado, religioso (forte influência da igreja católica), o Estado, a sociedade e o sistema educacional sempre separaram as concepções dos

[36] A pesquisa foi realizada com 838 imigrantes, entre 15 e 65 anos, que nasceram no Equador ou em Marrocos, em diversas províncias da Espanha, inclusas La Coruña, Madrid, Murcia, Navarra, Santa Cruz de Tenerife e Almería (SUÁREZ, CARAMÉS, 2017, p. 48).

homens e das mulheres, bem como do dever das mães e dos pais. Desta forma, a mãe era responsável pela reprodução e transmissão dos valores culturais, e o pai era o provedor material e severo. Os debates que foram destaque na sociedade equatoriana nesta época foi a desintegração familiar, a falta da paternidade responsável, conflitos entre as gerações e seus vínculos e as assimetrias entre gêneros. Em importantes zonas de migração, como as províncias de Azuay e Cañar, localizadas no sul da serra do Equador, ocorreu a fragmentação familiar. Assim, a sociedade ficou alarmada, e começaram discursos políticos, midiáticos e socioeducativos, que focavam na temática do abandono dos filhos e filhas, e estigmatizavam o desempenho social e escolar de crianças e adolescentes. A autora explica que existia uma concepção sexista e patriarcal de que os homens que migravam eram aventureiros e corajosos, porque faziam uma viagem perigosa para os Estados Unidos, em busca de fornecer o bem-estar da sua família.

Pedone (2006) aponta as diferenças entre a migração masculinizada para os EUA, nos anos anteriores, como uma frustração à expectativa de reunificação familiar, por causa das dificuldades de legalização do país. Já as famílias transnacionais do Equador e da Espanha, inicialmente construíram vínculos à distância, mas em pouco tempo conseguiram produzir a reunificação. Porém, as novas restrições jurídicas do Estado espanhol dificultaram o acesso às casas, aos direitos trabalhistas e ocorreu uma estigmatização dos jovens latinos perante a sociedade espanhola. A autora esclarece que algumas estratégias foram utilizadas para o reagrupamento, por exemplo, primeiro os filhos maiores de idade migravam, porque passavam pelos trâmites jurídicos de forma mais rápida em relação aos filhos menores, que iriam depois. Como também existiram famílias que preferiram manter seus filhos no Equador para completar a educação. Nesses casos, quando a reagrupação familiar não aconteceu, a responsabilidade caiu sobre as mães, que foram criticadas e julgadas socialmente.

Outra questão que se sobressai em relação a feminização das migrações equatorianas é o envio de remessas. Gioconda Herrera (2017) evidencia que a transferência monetária, realizada pela mulher migrante para a sua família que permaneceu, está muito além de uma mera relação econômica. É através do envio de remessas que existe a possibilidade da manutenção das relações familiares, estas podem causar conflitos, mas podem ser, principalmente, um instrumento de reconstrução de vínculos afetivos ou da permanência deles. Para a autora, tanto o envio de remessas quanto a reorganização do trabalho do cuidado, entre a família que permanece no país, são partes muito importantes da teia das relações emocionais, sociais e culturais desta nova formação estrutural que é chamada família transnacional. A autora analisa dois casos para entender essa organização social a partir do envio de remessas, uma

migração para os Estados Unidos e outra para a Espanha, que partiu de investigações que ela realizou nos anos de 2008 e 2009. No entanto, será feito um breve apanhado apenas da migração para a Espanha, porque se encaixa no corredor migratório escolhido.

Este caso é de uma mulher, de 35 anos, solteira, que chegou em Madrid no ano de 1995. Ela deixou para trás a responsabilidade de cuidar dos seus pais idosos, que recaiu sobre ela por ser mulher e não ter se casado, apesar de ter outros 5 irmãos. Os pais não a incentivaram estudar, apesar de ela ser boa aluna e gostar de ler, porque acreditavam que ela deveria aprender alguma atividade manual e feminina para trabalhar e posteriormente se casar. Ela aprendeu a costurar e passou a trabalhar para a elite estrangeira na capital, Quito, o que a concedeu liberdade econômica e independência. A partir das redes sociais que ela formou, conheceu famílias que a empregaram na Espanha. A decisão da migração não foi aceita por sua família, que não entendiam o porquê ela queria migrar. Em 1995, a migração para a Espanha ainda estava na fase inicial. Quando migrou, ela passou a trabalhar como empregada doméstica para várias famílias, e mesmo 14 anos depois ainda segue inserida na mesma atividade. Com a renda do trabalho, ela construiu uma casa de dois andares no Equador, e possui outros bens que os pais administram. Além disso, ela envia remessas mensais para os pais, dinheiro extra para emergências de saúde, presentes para sobrinhos e ajuda de custo na escolarização deles (filhos de sua única irmã, que assumiu o posto de cuidado com os pais deixados por ela). As remessas não foram enviadas desde o início, mas logo após a estabilização financeira ela se tornou a provedora de sua família no Equador. O vínculo afetivo também é mantido através de ligações telefônicas e de visitas presenciais ao país (HERRERA, 2017, p. 81-84).

Natalia Genta Rossi (2017) focaliza na redistribuição do cuidado dentro deste corredor migratório, ao entender que o contexto da migração liderada por mulheres impacta a manutenção dos laços familiares e afetivos, principalmente se estas mulheres tiverem filhos e/ou filhas que ficaram no país de origem, no caso o Equador. Para isso, ela incorpora pessoas idosas, em especial as avós, dentro do contexto de serem receptoras ou provedoras de cuidados. As avós se tornaram as principais cuidadoras de crianças deixadas pelos pais no Equador. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) do Equador, utilizados pela autora, 34,7% das mulheres e 38,8% dos homens deixaram pelo menos um filho ou filha menor de idade, que ficaram sobre o cuidado de alguém da família. Também existiram casos de que as avós migraram para a Espanha, no caso das famílias que fizeram o reagrupamento familiar e tiveram dificuldade para cuidar dos filhos no novo país. E um terceiro caso, são das avós que recebem cuidados no país de origem, que são providos financeiramente por quem migrou. Rossi (2017) utiliza a mesma definição de cuidado já apresentada nos capítulos

anteriores, bem como categoriza os empregos desempenhados pelos migrantes seguindo a divisão sexual do trabalho. Apesar do Equador e da Espanha terem um regime de cuidados familiar, ou seja, que é baseado no patriarcado e a mulher é a responsável, isto se diferencia quando na Espanha as migrantes passaram a ser contratadas para desempenhá-lo, enquanto no Equador as outras mulheres da família, as outras filhas, netas ou noras, que tiveram que se reorganizar para cumprir as atividades que os idosos são dependentes. Na maioria dos casos, os idosos passam a viver nas mesmas casas ou muito próximos aos seus cuidadores.

Para Rossi (2017) as remessas enviadas às pessoas idosas por seus filhos que migraram cumprem o papel que deveria ser do Estado através das políticas públicas de assistências econômicas e de cuidados. No caso em que são os avós que tornam-se os principais cuidadores dos filhos dos migrantes, a frequência do envio de remessas é regular e deve cobrir os gastos de todos. Os laços afetivos e as relações de respeito entre os avós e os netos ficam mais estreitos, por isso a partir da possibilidade de reunificação familiar das crianças que viviam com suas avós no Equador, as avós decidiram migrar junto. A autora explica que ao mesmo tempo que está migração resolve o problema do cuidado dos filhos das migrantes, traz um novo custo, porque em geral as avós não trabalham e devem ser sustentadas por seus filhos. Além das razões econômicas, a autora destaca que são as avós que realizam a manutenção dos valores e normas que existem no Equador. São elas, as responsáveis por transmitirem os valores simbólicos equatorianos frente aos "valores espanhóis". Inclusive há uma percepção da ideia de carinho entre a família equatoriana em oposição as famílias espanholas, que seriam mais desapegadas.

> A presença da avó na educação e no cuidado diário dos netos garante à família uma continuidade cultural ou simbólica entre as gerações anteriores que viveram no Equador e as atuais, que estão na Espanha. Desse modo, a reprodução social das famílias migrantes é mantida, pois promovem a continuidade das trocas intergeracionais na família quanto às práticas dessas crianças quando adultas (ROSSI, 2017, p. 143, tradução nossa)[37].

3.3. Panorama geral do corredor migratório após as crises econômicas globais

Velasco et al. (2020) realizou entrevistas com migrantes equatorianos, que estão residindo nos Estados Unidos da América, na Itália e na Espanha, e abordou diversos temas que envolvem a própria migração, a vida em um país estrangeiro, e até eventos atuais como a

[37] No original: "La presencia de la abuela en la crianza y el cuidado cotidiano de los nietos asegura a la familia una continuidad cultural o simbólica entre las generaciones anteriores que vivieron en Ecuador y las actuales, que están en España. De esta forma se mantiene la reproducción social de las familias migrantes, porque promueven la continuación de los intercambios intergeneracionales en la familia en lo que se refiere a las prácticas de estos niños cuando sean adultos" (ROSSI, 2017, p. 143).

pandemia do Covid-19. Em relação aos temas mais atuais, é interessante observar que após a crise financeira global de 2008, houve um movimento de retorno dos migrantes que vivem na Espanha para o Equador. Porém, alguns anos depois, em 2014, é percebida novamente a entrada dos equatorianos no país ibérico. Os autores relatam que com a crise de 2008 as principais atividades laborais impactadas foram as de construção civil e serviços afins, que empregava boa parte da mão de obra migrante masculina. Esta crise que atingiu em cheio os EUA e a União Europeia, em seguida chegou aos países latino-americanos e a outras partes do mundo. A Espanha começou a recuperar sua economia em 2014, mas as oportunidades de trabalho não continuaram as mesmas que as primeiras ondas de migração proporcionou.

A falta de emprego e a precarização dos serviços são sentidos especialmente pelos migrantes. Um dos entrevistados por Velasco et al. (2020) relata que há uma diferença no tipo de trabalho e remuneração que os migrantes equatorianos aceitavam no início da migração, mas que agora já não aceitam mais serem explorados. Outra mudança pós-crise de 2008, apresentada pelos autores, é que as gerações mais jovens de equatorianos conseguiram diversificar os trabalhos. Isto ocorreu porque é uma geração que foi legalizada no país após as reunificações familiares, que teve acesso a educação, inclusive superior e técnica, e se formaram em áreas de administração, turismo e outras. A união entre a comunidade equatoriana é destacada nesse esforço para alcançar uma certa mobilidade social, outro entrevistado diz que eles se ajudam e começaram a montar negócios juntos. Os autores apontam a chegada de migrantes venezuelanos e da América Central, neste mesmo período, como parte desta mudança, porque são essas novas chegadas que ocupam os trabalhos mais precarizados antes feitos pelos equatorianos.

Em relação a xenofobia e o racismo vividos pelos migrantes equatorianos, Velasco *et al.* (2020) evidenciam que nos últimos anos quem mais sofre preconceitos na Espanha, e na União Europeia de modo geral, são os migrantes africanos e os do oriente médio, lugares que vivem a crise dos refugiados. Sobre a pandemia do Covid-19, os autores relatam muitos dos equatorianos trabalham em serviços essenciais, no setor de serviços, além das mulheres que ocupam boa parte dos trabalhos domésticos e do cuidado, há empregos no transporte de pessoas e cargas, e em supermercados, bem como nos setores industrial e agrícola. Por isso, muitos não pararam de trabalhar durante as restrições impostas pelo governo, mas deveriam cumprir as restrições em seus bairros e não sair de casa. Outros trabalhadores perderam seus empregos durante a pandemia, principalmente os que trabalhavam com turismo, em hotéis ou em restaurantes, assim como pessoas que cuidavam de idosos. As vantagens neste momento são direcionadas ao setor de saúde espanhol, que recebe todas as pessoas, inclusive as que estão

irregulares no país. Os autores dizem que em todos os bairros há centros médicos e o direito à saúde é universal. Diferente da situação ocorrida no Equador, na qual muitos migrantes relatam que perderam parentes após o colapso do sistema de saúde equatoriano.

A presença do Estado equatoriano também não é tão sentida por esses migrantes, nem durante o processo de migração e nem depois. O que é destacado pelos entrevistados é que após o governo de Rafael Correa (2007-2017), com a chamada "Revolução Cidadã", o Equador teve uma melhora na sua imagem internacional e eles tiveram esperanças de que o país mudasse, mas segundo eles não durou por muito tempo. Em oposição a não presença do Estado de origem, destaca-se a organização equatoriana, que teve peso para formar associações pioneiras na Espanha, com o objetivo de conseguir a regularização dos documentos, a nacionalidade e a reagrupação familiar no país, assim como, na luta por direitos trabalhistas e reconhecimento de direitos sociais. No entanto, após a crise de 2008 foram reduzidas as atividades realizadas pelas associações e o número de membros participantes, elas passaram a se dedicar a atividades culturais desde então (VELASCO et al., 2020).

Herrera e Martínez (2015) observam a migração da Espanha em direção ao Equador, o que é conhecido como movimento de retorno, nos anos após a crise financeira internacional de 2008, devido à dificuldade de as famílias migrantes manterem a reprodução social dos seus lares e devido a limitação dos fluxos migratórios, por causa do endurecimento das políticas de migração em todo o continente. Segundo dados do Censo de 2010 feito pelo INEC, utilizados pelas autoras, existiam cerca de 70 mil pessoas no Equador que eram residentes de um país estrangeiro há 5 anos. Foi identificado também pelo Censo de 2010, que a procedência da migração de retorno era de 46% de residentes da Espanha, seguidos de 26% dos EUA e 6% da Itália. Na distinção por gênero, os homens foram os que mais retornaram dos EUA, e mais mulheres retornaram da Itália, no caso da Espanha o número de mulheres é um pouco superior ao dos homens. As autoras têm como objetivo analisar as trajetórias de trabalho e de migração das pessoas que retornaram ao Equador. Para isso, elas selecionaram um bairro periférico de Quito, a *Comuna de Llano Grande*, para entender como funciona o retorno, a reinserção no mercado de trabalho e na sociedade local, e utilizaram o enfoque de gênero e classe na análise.

A pesquisa foi feita em 2012, as autoras realizaram entrevistas e observaram 21 famílias que tiveram alguma experiência com o retorno ao Equador, sendo estas compostas por 32 pessoas que estavam no Equador e 13 pessoas que continuavam na Espanha. Das 21 famílias, 15 ainda possuem membros que residem na Espanha, 18 são lares bi-parentais, sendo que em um deles ainda funciona a dinâmica transnacional – a mulher retornou, mas o homem e os filhos vivem na Espanha, e 3 monoparentais com mulheres chefes de família. Nas outras famílias, as

relações de parentesco são de segundo grau, no caso, parentes que já possuem suas próprias famílias (HERRERA, MARTÍNEZ, 2015).

Na análise feita por Herrera e Martínez (2015), são levados em conta quatro tipo de "capitais": o cultural formal, o social, o econômico e o de mobilidade. O capital social se refere a formação de redes e da presença da família no processo de reinserção, o capital econômico é sobre as reservas financeiras, poupança ou patrimônio adquiridos antes do retorno e o capital de mobilidade se refere a possibilidade de migrar para outros países ou retornar para Espanha, caso possua nacionalidade espanhola ou residência permanente no país. Das entrevistas feitas, a maioria possui cidadania espanhola e duas haviam perdido a residência permanente, a maioria desses migrantes permaneceram na Espanha e não foram há outros países da Europa. A formação de redes possibilitava que os fluxos de pessoas entre o Equador e a Espanha estivesse sempre ativo, inclusive ocorriam visitas periodicamente, férias de verão de crianças e adolescentes, assim os laços familiares foram reproduzidos e mantidos, isto refletiu positivamente para a reinserção das famílias retornadas para a comunidade.

Uma característica semelhante entre o movimento de saída e o de retorno é que ocorrem por partes, primeiro vai a esposa ou o esposo, e o outro fica com os filhos, ou os pais mandam primeiro os filhos jovens de volta ao país e depois retornam também. Dentre os entrevistados, os que ainda estão na Espanha também possuem a intenção de voltar ao Equador. O processo de retorno é longo, pode levar meses ou anos para acontecer, devido aos contratos de trabalho, de residências, empréstimos nos bancos, que precisam ser finalizados. Sobre a inserção no mercado de trabalho, as marcas de gênero são bem evidentes. As mulheres não possuem uma trajetória linear: inicialmente elas eram estudantes ou trabalhadoras domésticas não remuneradas, que migraram para a Espanha e foram inseridas no setor de trabalho doméstico e de cuidados, mas quando retornam ao Equador não são reinseridas no mercado, e voltam a realizar tarefas domésticas, a serem dependentes economicamente dos maridos, ou seja, voltam a esfera privada da vida. Já os homens possuem trajetórias lineares, o trabalho que ele realizava antes de migrar, depois de migrar, e ao retornar não variam muito (HERRERA, MARTÍNEZ, 2015).

A marca geracional é outra encontrada por Herrera e Martínez (2015), porque os filhos jovens que foram escolarizados na Espanha conseguem ser inseridos em trabalhos mais qualificados que seus pais, tanto enquanto estavam na Espanha, quanto no retorno ao Equador. Este é o chamado capital cultural formal, que foi adquirido na Espanha, mas é fundamental para a inserção na comunidade local e para criar projetos futuros. Junto a ele, a ideia de pertencimento a comunidade, que foi herdada das outras gerações, cria esses projetos de retorno

e ajuda na inserção social. A falta de capital cultural formal e de capital econômico são os que mais dificultam a vida dos retornados, porque os trabalhos na Espanha eram mais bem remunerados, mas também não permitiram a ascensão social deles.

> Um fator que aparece como gravitante nas experiências de reinserção e retorno laboral é a forma como as famílias vivenciam a crise de 2008 em diante. Aqueles que conseguiram superar a crise têm um retorno econômico mais confortável e podem investir em determinados ativos que lhes garantem uma renda relativamente estável - estabelecimentos comerciais, aluguéis, carros para trabalhar; enquanto as pessoas que vivenciaram impactos mais diretos —como a perda de sua casa, por exemplo— vivenciam um retorno menos programado, quase forçado, e têm mais dificuldade de se inserir, pois em alguns casos perderam tudo. A vontade de retorno, assim como as decisões ao longo do processo migratório, gira em grande parte em torno da possibilidade de geração de recursos econômicos. Muitos migrantes atrasam ou antecipam seu retorno com base no acesso ao trabalho, dívidas pendentes, seja na Espanha ou no Equador, e principalmente obrigações familiares; Em outras palavras, a decisão está ligada não apenas ao emprego, mas a processos mais amplos de reprodução social, bem como à saída (HERRERA, 2008 *apud* HERRERA, MARTÍNEZ, 2015, p. 234-235, tradução nossa)[38].

Por fim, a inserção social é um fator mais positivo com relação a inserção laboral. Segundo as autoras, porque estão entre relações familiares, parentes, vizinhos e conhecidos, mas, mesmo assim, podem ocorrer conflitos. A percepção sobre o espaço ao redor pode ser positiva ou negativa em relação a quantos anos a pessoa passou sem retornar, ou a frequência das visitas. A urbanização e modificação do bairro também são alvos de críticas dos retornados, pois acreditam que a mudança na paisagem reduz a qualidade de vida local. Quando os retornados não são muito próximos aos vizinhos e aos familiares está também pode ser uma percepção negativa da inserção social. Mas algumas vezes, eles se sentiam excluídos era na Espanha e passavam por situações preconceituosas, de racismo e xenofobia (HERRERA, MARTÍNEZ, 2015).

[38] No original: “Un factor que aparece como gravitante en las experiencia de reinserción laboral y retorno es la manera como las familias han experimentado la crisis de 2008 en adelante. Aquellas que han logrado sortear la crisis tienen un retorno económicamente más holgado y pueden invertir en ciertos activos que les garantizan una renta relativamente estable —locales comerciales, arriendos, automóviles para trabajar—; mientras que aquellas personas que experimentaron impactos más directos —como la perdida de su vivienda, por ejemplo— experimentan un retorno menos programado, cuasi forzado y encuentran mayores dificultades de inserción, porque en algunos casos lo han perdido todo. La voluntad del retorno, así como las decisiones a lo largo del proceso migratorio, gira mucho en torno a la posibilidad de generar recursos económicos. Muchos migrantes dilatan o adelantan su retorno en función del acceso al trabajo, a las deudas pendientes, ya sean en España o Ecuador, y sobre todo a las obligaciones familiares; es decir, la decisión está vinculada no solo al empleo sino a procesos de reproducción social más amplios, al igual que la salida” (HERRERA, 2008 apud HERRERA, MARTÍNEZ, 2015, p. 234-235).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos abordou-se as diversas nuances que compõem o papel das mulheres dentro do sistema patriarcal, capitalista, racista e neocolonial em que estamos inseridas. A complexidade das relações, que foram impostas há tanto tempo, mostra o porquê é tão difícil modificá-las. Esse sistema descrito é uniforme. O mercado capitalista, a sociedade, as instituições, as organizações internacionais e o Estado, todos empreendem suas políticas em direção ao lucro, porque se são mulheres que estão sendo exploradas durante o processo, não importa a eles. Enloe (2014) apresenta o relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Domestic Workers Across the World*, de 2013, como um marco político conquistado pela organização de forma internacional das trabalhadoras domésticas que pressionaram as agências internacionais à olhar para sua classe. Nas informações do relatório consta que a quantidade estimada de trabalhadoras domésticas no mundo é de 43,6 milhões, e os trabalhadores domésticos são 8,9 milhões, no ano de 2010 (ENLOE, 2014, p. 314).

No relatório da OIT (2013) a definição de trabalhadores domésticos está vinculada a formalização de uma relação de trabalho, entre a/o empregada/o e a/o empregadora/o, colocada como uma ou mais famílias/lares. E ainda considera que uma pessoa que realiza o trabalho doméstico ocasionalmente sem uma base profissional não é uma trabalhadora doméstica. Fica claro, a partir deste relatório, a predominância das mulheres nesta relação de trabalho, e a exclusão, mais uma vez, das atividades desempenhadas pelas mulheres em seus próprios lares que não são entendidas como trabalho propriamente dito. É importante destacar que houve grande demora para que o trabalho doméstico fosse tratado com relevância pela OIT, pois são menos de 10 anos desde a publicação do relatório. Inclusive, é indicado no relatório que são objetivos da OIT reconhecer os direitos desses trabalhadores e garantir as proteções mínimas a esse grupo vulnerabilizado e negligenciado. No entanto, existe o fator de dependência da aceitação de recomendações e da realização de mudanças nas legislações internas por parte dos Estados (OIT, 2013).

Não foi parte dos objetivos desta monografia analisar as recomendações internacionais para o trabalho doméstico, bem como não foram utilizados, como parte da bibliografia, relatórios que expõe a relação entre trabalhadores domésticos migrantes e as legislações nacionais e internacionais específicas sobre trabalho. Porém, relacionar esses assuntos aqui rapidamente importa por poderem ser parte de uma futura pesquisa ou trabalho acadêmico. Em relação a Espanha, mudanças na legislação do trabalho doméstico e do cuidado aconteceram a

partir do ano de 2011, no entanto, também seria necessária uma análise aprofundada acerca da temática que extrapolariam os objetivos deste trabalho[39].

Enquanto não há uma transformação geral do ordenamento que rege a sociedade internacional, precisamos continuar a observar as pautas transnacionais que visam a conquista de direitos para as mulheres. Para Federici (2019), os movimentos feministas, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, precisam se posicionar contra as pautas econômicas aplicadas pelos seus Estados e pelas instituições do capitalismo, porque se isto não acontecer as mulheres continuarão sendo divididas entre elas mesmas, o que prejudica o movimento e a solidariedade feminista internacional. Por isso, a visão interseccional de gênero, raça, etnia e classe é tão importante para a construção de políticas que protejam mulheres e meninas ao redor do mundo.

Como aponta Carrasco Bengoa (2018), esta forma atual de organização e de lidar com a vida humana e a natureza é insustentável. A economia feminista tem propostas muito interessantes sobre as transformações que são necessárias para termos o que a autora chama de "sustentabilidade da vida". Duas que se destacam são: a ecodependência com a natureza, de forma respeitosa, para ser possível que a vida seja reproduzida; e o que a autora chama de "bem viver" ou "bem estar", um conceito ético-político-ideológico, que propõe a ruptura do sistema capitalista, o qual visa o benefício individual, para buscar o objetivo social coletivo de todos, homens e mulheres, de forma que o trabalho do cuidado seja essencial e compartilhado.

Para finalizar, destaca-se o modelo exemplificativo, apresentado por este trabalho, que mesmo que tenha sido iniciado em um período temporal de quase 30 anos atrás, se mostra completamente atual, porque as crises políticas, econômicas e sociais não só continuam a acontecer, como estão piores. Os movimentos migratórios se intensificaram, migrações forçadas devido a diversos fatores, criaram uma grave crise de refugiados, que se movimentam – ou tentam – entre as fronteiras inter ou extracontinentais. A exemplo, o caso dos venezuelanos que estão refugiados em vários países da América do Sul, incluindo o Equador. Para as mulheres migrantes, refugiadas ou não, as opções de trabalho continuam sendo as atividades mais exploratórias, vulneráveis e precarizadas, como a prostituição, o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado. E não existe aceitar ou não estes trabalhos, pois para elas são formas de sobreviver.

[39] Para tanto, uma visão geral destas mudanças pode ser encontrada no capítulo *¿Superando la precariedad en el empleo del hogar en España? Una agenda de actuación para la organización de los trabajos de cuidado*, da autora Magdalena Díaz Gorfinkiel, no livro *Miradas latinoamericanas a los cuidados*, coordenado por Karina Batthyány, publicado pela CLACSO, em 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, jan./abr. 2012, p. 95-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RSTtYXmTTHS7fdthNLt5nwp/?lang=pt&format=html>.

ACOSTA, Alberto. **Breve história econômica do Equador.** Quito: FUNAG, 1ª ed., 2006. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-369-breve_historia_economica_do_equador>.

ARAÚJO, Sandra Gil. The coloniality of power and ethnic affinity in migration policy: the spanish case. In: RODRÍGUEZ, Encarnación Gutiérrez, BOATCĂ, Manuela, COSTA, Sérgio. **Decolonizing european sociology: transdisciplinary approaches.** Inglaterra: Ashgate, 2010, p. 179-194.

ARAÚJO, Sandra Gil, GONZÁLEZ, Tania. Migraciones, género y trabajo en España. El tránsito obligado de las trabajadoras inmigrantes por el empleo de hogar. **Revista Mora**, n. 12, 1º semestre, 2011, p. 117-132. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/issue/view/39/26>.

BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul.** 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>.

BATTHYÁNY, Karina. **Políticas del cuidado**. Buenos Aires: CLACSO, 1ª ed., 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210406022442/Politicascuidado.pdf>.

BOCCA, Pedro, MELLO, Fátima, BERRÓN, Gonzalo. **Equador.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/equadornossameicanuestra.pdf>.

CARRASCO BENGOA, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. In: Dossiê Economia Feminista, Campinas: **Revista temáticas**, ano 26, nº 52, ago./dez. 2018, p. 31-67.

CORREA, Rafael. **Equador:** da noite liberal à Revolução Cidadã. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2015.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 17. Brasília, mai./ago. 2015, p. 99-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n17/0103-3352-rbcpol-17-00099.pdf>

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases:** making feminist sense of international politics. Los Angeles: University of California Press, 2ª ed., 2014.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA), FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES – Ecuador (FLACSO). **Ecuador:** La migración internacional en cifras. Quito, 2008.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Natal, **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 27, nº 53, mai./ago. 2020, p. 261-288. ISSN1983-2109. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>.

GONZÁLEZ, Elaine Acosta. Mujeres migrantes cuidadoras en flujos migratorios sur-sur y sur-norte: expectativas, experiencias y valoraciones. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 12, n. 35, 2013, p. 35-62. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-65682013000200003&lng=es&nrm=iso>.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Org. RIOS, Flávia, LIMA, Márcia, **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020a, p. 127-138.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Org. RIOS, Flávia, LIMA, Márcia, **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020b, p. 139-150.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnación. **Migration, domestic work and affect:** a decolonial approach on value and the feminization of labor. Nova York: Routledge, 2010.

HERRERA, Gioconda. Las remesas como vínculos sociales: reflexiones sobre experiencias de cuidado en la migración ecuatoriana. In: OSO, Laura, TORRES, Alicia**. Migración ecuatoriana, género y desarrollo.** Quito: FLACSO Ecuador, 2017, p. 75- 92.

HERRERA, Gioconda, MARTÍNEZ, Lucía Pérez. ¿Tiempos de crisis, tiempos de retorno? Trayectorias migratorias, laborales y sociales de migrantes retornados en Ecuador. **Estudios Políticos**, Medelín: Universidade de Antioquia, Instituto de Estudios Políticos, n. 47, jul./dez. 2015, p. 221-241. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/pdf/espo/n47/n47a13.pdf>.

HIRATA, Helena. A Precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 24-41. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8854>.

_____. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, jul./dez. 2005, p. 111-128. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Global care chains and emotional surplus value. In: ENGSTER, Daniel, METZ, Tamara. **Justice, politics and family.** Nova York: Routledge, 2016, p. 249-261.

_____. **La mercantilización de la vida intima:** apuntes de la casa y el trabajo. Madrid: Katz Editores, 1ª ed., 2008.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: Org. HOLANDA, Heloísa Buarque de, **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2020, p. 52-83.

_____. Rumo a um feminismo decolonial. In: Org. HOLANDA, Heloísa Buarque de, **Pensamento feminista hoje:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2019, p. 357-377.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, mai./ago. 2008, p. 305-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/02.pdf>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Domestic workers across the world:** global and regional statistics and the extent of legal protection. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf>.

OROZCO, Amaia P., GIL, Silvia L. **Desigualdades a flor de piel:** cadenas globales de cuidados. Madrid: ONU Mujeres, 2011. Disponível em: <http://riberdis.cedd.net/handle/11181/5044>.

OXFAM. **Tempo de cuidar:** o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Internacional, 2020. Disponível em: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf>.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDONE, Claudia. Los cambios familiares y educativos em los actuales contextos migratórios ecuatorianos: una perspectiva transatlântica. **Athenea Digital**, n. 10, 2006, p. 154-171. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/537/53701010.pdf>.

PEDONE, Claudia, ARAÚJO, Sandra Gil. Los laberintos de la ciudadanía. Políticas migratorias e inserción de las famílias emigrantes latinoamericanas en España. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Ano XVI, n. 31, 2008, p. 143-164. Disponível em: < https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/98>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. Editora UFPR: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul-dez, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2ª ed., 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Org. LANDER, Edgardo, **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>.

ROSSI, Natalia Genta. 'Amor de abuela': redistribución intergeneracional del cuidado en el contexto de la migración ecuatoriana a España. In: OSO, Laura, TORRES, Alicia**. Migración ecuatoriana, género y desarrollo.** Quito: FLACSO Ecuador, 2017, p. 121-150.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes:** mito e realidade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976.

SASSEN, Saskia. Contrageografias da globalização: a feminização da sobrevivência. In: Org. SILVEIRA, Maria Lucia da, TITO, Neuza. **Trabalho Doméstico e de Cuidados:** Por outro

paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008, p. 105-130.

SOTO, Clyde, SOTO, Lilian, GONZÁLEZ, Myrian, DOBRÉE, Patricio. **Panorama regional sobre trabajadoras domésticas migrantes en América Latina.** Assunção: ONU Mujeres, 2016. Disponível em: <https://www.cde.org.py/wpcontent/uploads/2016/07/InformeMigrantes-WEB-CD.pdf>.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de, "O Pessoal é Internacional": Como as teorias feministas transformaram o estudo das Relações Internacionais. Londrina: **Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas**, 2014, p. 0-7. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana%20Clara%20Telles%20C%20de%20Souza.pdf>.

SUÁREZ, Belén Fernández, CARAMÉS, Antía Pérez. La inmigración ecuatoriana en España: perfil sociodemográfico y envío de remesas. In: OSO, Laura, TORRES, Alicia**. Migración ecuatoriana, género y desarrollo.** Quito: FLACSO Ecuador, 2017, p. 47-74.

UNDA, René, ALVARADO, Sara Victoria. Feminización de la migración y papel de las mujeres em el hecho migratorio. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 2012, p. 593-610. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v10n1/v10n1a38.pdf>.

VELASCO, Soledad Álvarez, MARTÍNEZ, Lucía Peréz, GARCÍA, María, BAROJA, Camilo, TAPIA, Jesús, JIMENÉZ, Manuel Bayón. **(Sobre)viviendo entre crisis:** la diáspora ecuatoriana al presente. Quito: FES-ILDIS e Colectivo de Geografía Crítica de Ecuador, 2020. Disponível em: <https://geografiacriticaecuador.org/justiciamigrante/2021/02/06/la-diaspora-ecuatorianaal-presente/>.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, v. 05, n. 1, jan./jul. 2019, p. 6-39. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002>.